



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia oito de maio de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Flávio de Almeida. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito e a Ata da Reunião Solene do dia três de maio de dois mil e dezoito foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por nove votos. Senhor Presidente: “eu gostaria de usar um minuto para convocar a Comissão de Ética, o vereador Alessandro Bonifácio, o Boi e o Kim, para apurar os fatos denunciados sobre a conduta do vereador Silvânio Aguiar na UPA, no dia 07/05/2018. Além das denúncias, tem a gravação de uma pessoa que estava no local, denunciando os fatos ocorridos. Então, fica à comissão apurar. Várias pessoas ligaram para mim, vieram aqui e eu ouvi a gravação”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o senhor me citou”. Senhor Presidente: “como?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me citou, eu



posso usar a palavra?”. Senhor Presidente: “pode”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, chega a ser... Eu não vou nem classificar a atitude do Presidente da Casa e dos dois vereadores que se dispuseram a esse tipo de atitude, essa classificação eu não vou dar, até porque eu não quero criar polêmica com isso. A pessoa que falou isso, que é o áudio que o senhor ouviu, que é um áudio que circulou, igual ao áudio dos pátios de apreensão e uma série de outras coisas que nós tivemos na cidade, nem no local ele estava, o rapaz não estava no local. O mais interessante, ele faz um áudio reclamando do atendimento da Policlínica e, imediatamente, ele fala que eu agredi uma pessoa, o senhor Roberto que deve dar uns dois de mim, eu agredi esse senhor e, de alguma forma, desrespeitei lá os funcionários. Ninguém fala que o mesmo cidadão que estava lá para ser atendido foi medicado com Buscopam, mandado para casa e está internado agora no hospital porque lá eles não detectaram o problema dele. Ninguém fala que eu estava lá defendendo um cidadão que precisava de um atendimento e que não teve. Então, Senhor Presidente, parabéns para o senhor por essa atitude do senhor, mostra cada vez mais a diferença que o senhor... Aliás o senhor até relatou isso em redes sociais, que na Câmara o senhor tem dois inimigos, que sou eu e o Tiago Tito. É uma pena que eu sou tratado aqui não como um vereador, mas como um inimigo. Eu não quero a amizade do senhor, não espero essa amizade do senhor. É lógico e evidente que pela idade, pela trajetória que o senhor tem na cidade, eu respeito demais...”. Senhor Presidente: “vamos terminar, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu não vou terminar não”. Senhor Presidente: “o senhor pediu para fazer um esclarecimento, o



senhor está estendendo, o senhor está me provocando a falar coisas que eu não gostaria de falar aqui”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me devolve a palavra, Senhor Presidente? Eu estou no uso da minha palavra e no meu direito. Só continuando. Então, eu estava lá defendendo um cidadão. O senhor quer abrir a Comissão de Ética, colocou duas pessoas que são muito amigos meus, a gente percebe isso no dia a dia. Obrigado, Coxa, por você estar... Você que é uma pessoa que nasceu do mesmo seio que eu, teve o mesmo problema lá, só que com uma diferença, lá relatado, no caso do senhor, relatado no boletim de ocorrência do senhor, o senhor tinha feito uso de bebida alcoólica, que está no boletim, eu não estou falando que o senhor estava bêbado, nem que não estava. Nesse dia...”. Senhor Presidente: “vereador, não estende”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, se o senhor quiser cortar...”. Senhor Presidente: “o senhor já fez a defesa, agora o senhor está colocando o problema do Coxinha lá no hospital”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, regimentalmente, se o senhor quiser cortar a minha palavra...”. Senhor Presidente: “está cortada, está cortada”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, perfeito. Ótimo”. Senhor Presidente: “quero dizer para o senhor que eu não coloquei em redes sociais, isso é invenção do senhor, que eu coloquei que eu sou inimigo de vocês dois. Até que eu não gosto muito do senhor mesmo não, pelos atos do senhor nesta Câmara, não gosto porque eu não tolero falsidade. Homem mentiroso para mim não vale nada, deveria vestir saia, não que as mulheres...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Rúbia, por favor, registra na Ata que o Presidente disse aqui que é para eu vestir saia”. Senhor Presidente: “eu estou com a



palavra. Não que as mulheres mentem, as mulheres hoje são um marco neste Brasil, elas superam os homens. Então, eu vou em defesa, já que o senhor citou o Coxinha, o Coxinha não estava bêbado, tem prova disso. Apenas o Coxinha discutiu com a médica no hospital, ele não bateu no vidro lá no hospital, ele não puxou a enfermeira ou a funcionária da UPA pelo ombro, e tentaram fazer a maior sacanagem com o meu colega aqui. Se não me engano, o senhor participou da reunião para a cassação dele, sem quórum, o senhor ficou sentado aí. Onde se vê uma reunião dirigida pelo senhor Nélio que tinha a intenção de cassá-lo covardemente. As coisas aqui têm que ser ditas, o passado está aí. Então, nós tivemos quer ir em Itabirito, estiveram umas dez pessoas correndo atrás, que é uma sacanagem, a Dona Babá sentou aí e permaneceu sem quórum. Deveria ter vergonha na cara quem participou daquela reunião. Contrataram um advogado por cem mil reais para o advogado chegar aqui e falar que quórum é a presença no livro. O quórum é a presença do vereador aqui. Eu não vou engolir certas coisas aqui em Nova Lima, não vou engolir. Erra-se o tempo todo e tem pessoas que ainda querem falar: 'Presidente...'. Eu estou aqui é para isso. Vieram aqui, me denunciaram, não foi só a gravação não, tinham pessoas lá. Para terminar, vereador, prefeito, presidente têm que esperar a vez dos outros. Como eu falo na minha sala, eu não vou botar a Maria para fora, Pedro para fora, para atender um vereador, não posso fazer isso. E outro dia eu fui cobrado, se estiver lá, o vereador tem que esperar. Eu esperei na UPA, há cerca de um mês atrás, três horas com a minha filha, tinham dezoito pessoas na minha frente. Eu não fui lá bater em vidro, eu não fui lá importunar



ninguém, tem que esperar a vez. Minha filha foi no Vila da Serra, porque a minha filha foi na UPA na segunda vez? Porque ela foi lá com o convênio, no Vila da Serra ela esperou duas horas de madrugada. Ela falou: ‘pai, me leva lá na UPA porque lá deve ser mais rápido’. Cheguei lá tinha dezoito, eu tive que esperar. Tem que acabar esse negócio de vereador passar na frente dos outros. Nem na fila de ônibus vereador tem direito. Tem que acabar com isso: ‘eu sou vereador, eu posso’. Não, não pode não. A lei, com José Guedes, é para todos. Eu bato nisso aqui, a lei é para todos. Se eu errar, eu tenho que ser punido. Não estou perseguindo ninguém aqui na Câmara, não sou perseguidor, eu sou perseguido o tempo todo e pelas costas. Então, para terminar, eu exijo que a Comissão de Ética vá a fundo nisso aí. Têm provas, as pessoas não vieram inventar aqui não. Eu sou obrigado, foi montada a Comissão de Ética para isso. O Coxinha discutiu, foi um fato. Então, Coxinha, nós que ficamos do seu lado aquele dia, nós somos seus amigos. Hoje eu vejo pessoas, vereadores que apunhalaram você pelas costas, covardemente, com o aceite total do ex-presidente dessa Câmara, Nélio, porque ele tinha interesse de colocar a Babá aqui. A Babá tem que procurar voto. Eu ganhei dela no TER outro dia, seis a zero, mas me deu trabalho, mas eu quero ser ressarcido do dinheiro que eu gastei e do meu tempo. Todo dia eu ia lá no TER, vista, seis vezes que eu fui lá, mas a justiça foi feita, eu não comprei voto, eu trabalho quatro anos. Tem que acabar com isso em Nova Lima, quis entrar em seu lugar, não conseguiu, quis entrar em meu lugar, não conseguiu, porque nós estamos certos. Agradeço ao juiz de Itabirito que foi correto no episódio deste colega aqui, não me lembro o nome, mas agradeço. Nós



fomos lá, dez pessoas em um domingo, explicamos para ele, mostramos o que aconteceu. O vereador pode chegar num recinto, ele pode discutir sim com médico, com prefeito, com juiz, ele tem todo direito, mas agredir não. Vou parar por aqui, que a batalha aqui para mim, José Guedes, correto com as coisas, ela está difícil aqui na Câmara, está muito difícil. Mas até trinta e um de dezembro, meia noite, eu sou o Presidente desta Câmara. Faço o que posso para esta Câmara, tem vinte e sete anos que eu estou aqui. Não vou aceitar ofensas, pessoas que fazem coisas erradas aqui na Câmara, coisas absurdas. Já que eu estou... Eu não vou citar o nome, está aqui o documento, coisa errada, um vereador, um absurdo, outro vereador. Estou correndo atrás. Vereador não tem direito de fazer isso aqui não. Comigo é no documento. Como eu não me vendo, não pego dinheiro de empresário para minha campanha, nunca peguei, não tenho rabo preso com esse povo aí, não tenho rabo preso com jornalista nenhum. Para terminar, respeito a imprensa, se não fosse a imprensa, o Brasil estaria lá no fundo do poço, dez vezes pior do que está, os jornalistas corretos. Agora, ficam colocando coisas aqui indevidas contra o vereador, mas no fritar dos ovos, o povo vai ver quem está certo, se sou eu, se são as pessoas aí. Pode juntar uns dez, quinze, vinte. Tem vinte e sete anos que eu estou aqui, eu enfrentei todos os vereadores que vieram para cima de mim e venci todos. Sabe por quê? Porque eu sou correto, venci todos. Vieram com sacanagem comigo aqui, covardia o tempo todo. Eu chego aqui é sete horas da manhã, eu chego aqui antes dos funcionários, hoje eu cheguei sete horas, vou até a noite, trabalho lá em casa o dia inteiro para a Câmara. Às vezes, eu estou em casa, mas



eu estou trabalhando para minha cidade. Então, vamos devagar com o andor, que o santo é de barro. Não vou dar a palavra a esse respeito, vão apurar para mim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu te peço a palavra”. Senhor Presidente: “como?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu, Álvaro”. Senhor Presidente: “sim, senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “bom dia a todos, meus nobres colegas, público presente, aqueles que nos assistem através da TV Banqueta. Eu, puxando parte do final da fala de Vossa Excelência, Presidente, quando se refere à imprensa, o que vem noticiado aqui na mídia local de nossa cidade, se está certo, se está errado, o tempo dirá e a própria documentação da Casa conseguirá comprovar os fatos que o jornal traz a público. Mas independente de qualquer notícia que é veiculada aqui nessa cidade, eu quero... Está aqui em minhas mãos a minha prestação de conta, além daquela que eu já publico mensalmente, desde início do mandato, onde eu torno público, onde eu divulgo, onde eu incentivo as pessoas a visitarem o meu aplicativo no celular e conhecerem o que eu gasto, com o que eu gasto e toda economia que eu trago para essa Casa, não só para essa Casa, mas para o povo dessa cidade, porque jamais gastei toda verba disponível, e eu sou um dos poucos aqui que posso afirmar isso, aliás, eu sou um dos três que posso afirmar aqui que jamais gastei toda verba disponível para essa Casa. Estão aqui todas as notas fiscais, todos os comprovantes dos meus gastos aqui, enquanto parlamentar. E eu convido a população dessa cidade, eu convido a mídia dessa cidade para visitar o meu gabinete e, com todo tempo que quiser utilizar, conhecer a minha prestação de contas, além daquela que eu já



torno pública mensalmente, desde o início do meu mandato. Eu não tenho o que esconder, eu não tenho o que temer, então eu convido, o meu gabinete está aberto de oito as dezoito, de segunda à sexta-feira, para que todos os interessados, além daquilo já publicado através do aplicativo ‘Fala, Nova Lima’, que qualquer pessoa no mundo pode visualizar todos os meus gastos e a economia que eu faço aqui para essa Casa. Mas aqueles que quiserem pegar no papel e ver as notas fiscais e os comprovantes que, por gentileza, visitem o meu gabinete de oito as dezoito e conheçam toda minha prestação de contas. Eu não posso pagar por más informações ou pelos erros de alguns poucos, portanto está aqui, de forma muito transparente e muito clara, toda a minha prestação de contas para aquele que quiser e tiver curiosidade de conhecer os meus gastos”. Senhor Presidente: “foi muito bom o senhor tocar nesse assunto, eu vou ser breve, errar é humano. Infelizmente, aconteceu um erro aqui na Câmara, uma vírgula, um ponto e vírgula muda a história, só que para quem viu os jornais, o ‘Cultura e Comércio’ e ‘A Banqueta’, a Câmara fez, colocou os documentos lá, quanto foi gasto com gasolina. Ao contrário, a gasolina sobe e os gastos da Câmara abaixaram. Colocaram que nós gastamos meio milhão de reais com gasolina. A pessoa que colocou isso sabe que não existe isso. Está nos jornais, não vou ficar relatando aqui, foi trinta e poucos mil/ano, parece que janeiro, fevereiro, março e abril, nós gastamos sete mil, aí coloca quinhentos mil. Quer denegrir, ao contrário, fica denigrado porque está no documento lá. Quem quiser ver os jornais da semana passada, colocamos uma página explicando. É difícil”. O Senhor Secretário proferiu leitura de correspondências: 1) “Atestado. Paciente: Flávio



de Almeida. Cirurgia. Atestamos para os devidos fins que o senhor Flávio de Almeida esteve no Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães no dia 07/05/2018, na categoria assinalada, tendo sido recomendado o afastamento de suas atividades profissionais por dois dias a partir de hoje. 07/05/2018. Doutor Vinícius Pereira”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “falando em médico, eu quero parabenizar o doutor Fausto Niquini pelo seu dia de ontem, Dia do Oftalmologista, e todos os profissionais da área”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “muito obrigado, vereador”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, se o senhor me permitir, pela ordem, uma dúvida”. Senhor Presidente: “perfeitamente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu percebo que aqui na pauta hoje consta a votação do RPV e assim como na última sessão plenária que estava em pauta esse projeto, do qual eu solicitei adiamento de votação, para que fosse concedida a fala ao presidente da OAB, já que naquela mesma data, naquela oportunidade, não sei quem, mas eu sei que, acompanhado do presidente, representantes da OAB estiveram com o prefeito, oito advogados da entidade estiveram reunidos com o prefeito, quando, segundo informações do próprio presidente da OAB, ele assumiu um compromisso de que retiraria de pauta o projeto. Foi feito, mas confesso que, para minha surpresa, hoje o projeto está constando novamente da pauta, portanto, Presidente, eu solicitaria a Vossa Excelência que fosse concedida a fala, por cinco minutos, ao presidente da instituição”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro, eu liberei o espaço, nem foram cinco, foram quinze minutos para o presidente da OAB pronunciar. Ele não compareceu, não é isso? Foi aberto para ele no início da reunião”. Vereador



Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, só para esclarecer, se o senhor me permitir”. Senhor Presidente: “com a palavra, pode continuar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “na verdade, nós havíamos combinado que ele não falaria naquele momento, porque primeiro se reuniria com o prefeito, para depois de feita essa conversa, ele trazer informações a respeito do projeto e, inclusive, a respeito da reunião com o prefeito. Como havia sido retirado de pauta, naturalmente ele não fez uso da palavra. Como hoje consta, por gentileza, eu vos peço novamente que considere essa minha solicitação”. Senhor Presidente: “aqui é uma Casa democrática, eu sou democrático, apesar que vereadores aí acham que não. Eu vou conceder cinco minutos agora”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “muito obrigado, Presidente”. Senhor Carlos Eduardo Rodrigues Leite, presidente OAB Nova Lima: “Presidente José Geraldo Guedes, Presidente desta Casa, na pessoa de quem eu cumprimento a todos os demais vereadores, população de Nova Lima, telespectadores que nos assistem pela TV Banqueta, meus colegas, advogados de Nova Lima aqui presentes. Eu pretendo ser breve no uso da minha fala. Agradeço de antemão a oportunidade que me foi dada pelo Presidente, agradeço ao vice-presidente por defender esse meu direito de uso da palavra e eu quero dizer o seguinte: eu saí na última reunião em que se discutiu a Lei do RPV com o compromisso... Fomos convidados pelo prefeito para que imediatamente estivéssemos lá em seu gabinete para discutir essa questão do RPV. Dali saímos com o compromisso do senhor prefeito de marcarmos reunião com a procuradora geral do município para que, então, discutíssemos uma terceira via, para



que não fosse necessária a mexida na lei, mas que construíssemos uma via que permitisse o pagamento dos RPV's sem precisar de alterar o valor de vinte e oito mil para cinco mil e seiscentos reais, que é o que está posto. Pois bem, primeira reunião marcada, por uma infelicidade, um problema pessoal de saúde, eu tive que desmarcar, mas prontamente o gabinete do prefeito me atendeu e já remarcou essa reunião. Às vésperas da reunião acontecer, o gabinete desmarcou não só essa, mas como qualquer outra possibilidade de reunião, tendo em vista um problema pessoal da procuradora geral do município. O prefeito já havia se adiantado que ele entendia que melhor competência teria para assistir ao caso, a procuradora geral do município. Pois bem, ontem eu tive a notícia de que o projeto tornaria a ser pautado, pautado sem ser ouvida a OAB, como havia sido compromisso assumido, no fio do bigode, entre o prefeito e os advogados de Nova Lima. Pois bem, não estou aqui para poder atacar prefeito, não é o nosso papel institucional, nós estamos aqui para discutir lei. E se é para discutir lei, eu quero dizer para os senhores o seguinte, tentamos construir uma terceira via com o município para que fossem, eventualmente, parcelados esses RPV's, ao invés de serem pagos em uma única oportunidade, que eles fossem parcelados durante a gestão ora vigente do prefeito, até o último mês de mandato dele. Nós estávamos trabalhando nesse sentido. Fomos recebidos pela diretoria do hospital Santa Casa de Misericórdia, que sozinha representa um orçamento maior do que quinhentos municípios mineiros, e lá eles fizeram aquilo que é chamado de concurso de credores, e esse concurso de credores permitiu que a Santa Casa de Misericórdia sanasse todas as suas dívidas com credores.



Eu quero só dar um dado que nos foi passado na reunião, que só de FGTS, a Santa Casa devia sessenta milhões. Hoje nós falamos, há um número místico aqui girando em torno do que é passivo do município, é algo em torno de sessenta milhões. Eles deviam isso só de FGTS e conseguiram colocar as dívidas em dia. Não foi em um dia, não foi em dois dias, foi um processo ao longo de anos, mas conseguiram sanar todas essas dívidas. O que a gente queria é que não se institucionalizasse o inadimplemento do município. A gente não quer inviabilizar o recebimento daquele que é credor, daquilo que é seu de direito, daquilo que foi transitado e julgado em justiça e que na hora de receber, ele não consegue receber aquele seu direito, porque existe uma lei que era de trinta salários mínimos e passou para o teto do maior benefício previdenciário do INSS. Isso é dizer para o cidadão, é para dizer para o servidor, é para dizer para o credor que ele não tem nada de direito a receber, porque ele não vai receber. Eu estou dizendo isso, gente, porque são mais de dois anos sem recebimento dos precatórios em aberto na justiça do trabalho. Eu estou dizendo isso porque existem dezesseis milhões, salvo engano, negociados já na justiça comum em que o município, esses sim, está pagando as parcelas, justiça seja feita, está pagando as suas parcelas, não em dia, mas está pagando, entendeu? Se a gente joga tudo o que for acima de cinco e seiscentos para precatórios, nós vamos aumentar o número de precatórios do município, o percentual destinado no orçamento não vai aumentar por conta disso, então nós vamos rolar a dívida. Vai rolar por um ano, dois anos, três anos, dez anos. E aí? Quem vai querer prestar serviço? Quem vai querer ser fornecedor do município? Quem vai querer alugar um imóvel para



o município? Ninguém. Porque a chance de receber... O pequeno empresário... Eu vou colocar um exemplo do pequeno empresário, aquele que prestou um serviço ali. Esse cara não vai receber. Você inviabiliza o negócio dele, ninguém vai prestar serviço para a prefeitura. O funcionário que ganhou na justiça aquela ação abaixo de trinta salários mínimos, ele não vai receber, ele vai receber precatório. Deus sabe em quantos anos ele vai receber isso aí e de que forma. É isso que a gente não quer. Eu conversei com o prefeito ontem à noite, ele está no exercício do direito dele de defender os interesses, as contas do município. Por isso nós pedimos para poder discutir essa questão, queríamos conhecer qual é esse passivo, qual é essa expectativa de valores abaixo do RPV e isso não nos foi oportunizado. Então, entendo perfeitamente o papel do prefeito, ele está no seu papel, mas eu estou no meu, de defender aqui muito mais do que uma classe de advogados, eu estou no papel de defender os interesses do cidadão, aquele cidadão que ganhou, teve um direito transitado em julgado pela justiça e que não está recebendo esse seu direito. Presidente, eu não quero mais me delongar, muito obrigado pela oportunidade e é isso que eu queria dizer. Muito obrigado a todos”. O Senhor Secretário continuou a leitura de correspondências: 2) “Ofício nº 121/18. Nova Lima, 08 de maio de 2018. Ref.: Solicitação vereador José Guedes. Receba meus cumprimentos, ocasião em que solicito a V. S^a. que determine urgentemente a intervenção no Bonfim com colocação de quatro quebra-molas e de rotatória (ovo frito). Lamentavelmente, mais um acidente fatal ocorreu naquela região. Certo de poder contar com seu apoio e compreensão antecipam agradecimentos. Atenciosamente, vereador José Guedes.



Presidente da Câmara Municipal. Ao Exmo. Senhor Dr. Vítor Penido de Barros, DD. Prefeito do município de Nova Lima/MG”. 3) “Via Ouro. Nova Lima, MG, 26 de abril de 2018. Ofício: 036/18 VO. À Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos. A/C Sr. Ronaldo Cardoso Alves. Ao gabinete do vereador José Geraldo Guedes. A/C Sr. José Geraldo Guedes. Prezada secretaria, encaminhamos para conhecimento em anexo a circular nº 185/2018 do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano, informando sobre a decisão do TJ-RS, onde o mesmo declara inconstitucional norma que obrigava presença de cobrador no interior dos ônibus. ‘O desembargador Luiz Felipe Silveira Difini fundamentou sua decisão por violação ao princípio da Separação dos Poderes, pois a referida norma teve iniciativa na Câmara Municipal, enquanto a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul determina que matéria sobre serviço público deverá ser de iniciativa do Poder Executivo (prefeito ou governador)’. No mais, colocamo-nos à disposição. Atenciosamente, Felipe Chamone de Oliveira, Gerente de unidade”. “SINTRAM – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano. DPIN CIRC. Nº 185/2018. 16 de abril de 2018. Assunto: TJRS Declara inconstitucional norma que obrigava presença de cobrador no interior dos ônibus. Prezada associada, para conhecimento de nossas associadas informamos que por unanimidade, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul declarou inconstitucional a lei municipal de Cachoeirinha que obrigava a figura do cobrador no interior do ônibus, proibindo o motorista realizar a cobrança da tarifa. O desembargador Luiz Felipe Silveira Difini fundamentou sua decisão por violação ao



princípio da Separação dos Poderes, pois a referida norma teve iniciativa na Câmara Municipal, enquanto a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul determina que matéria sobre serviço público deverá ser de iniciativa do Poder Executivo (prefeito ou governador). Em abril de 2016, o TST pacificou entendimento de que não há acúmulo de função quando o motorista também cobra a tarifa. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento Institucional, ramais 7647 e 7649. Atenciosamente, Rubens Lessa Carvalho, Presidente SINTRAM”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “quem pediu? Eu gostaria de... Eu vou conceder ao senhor a palavra. Eu gostaria de dizer que a Lei Federal falar que não é acúmulo de função motorista e cobrador? Nós debatemos umas quatro semanas atrás, cinco semanas, que está findando o contrato da Via Ouro, e praticamente todos os vereadores aceitaram um convite meu para nós irmos lá ao prefeito e pedir ao prefeito para interferir sobre os cobradores, não renovando o contrato se a Via Ouro não colocar os cobradores. A lei é federal, mas existem cidades no Brasil que têm os trocadores. É reclamação total de todos os motoristas, isso é acúmulo de função sim. O dia que tiver um ônibus lotado, com setenta, oitenta, cinquenta pessoas, está voltando troco, o carro vai para o buraco abaixo, o ônibus, mata todo mundo. A Câmara tem que agir. Eu vou marcar essa reunião com o prefeito e espero que todos os dez compareçam. Porque na Câmara está assim, a gente convoca uma reunião importante, sempre são as cartas marcadas, não comparecem, comparecem quando há interesse do vereador. Outro dia eu marquei uma reunião aqui, eu falei: ‘a reunião será com dez vereadores’. Infelizmente



eu não pude realizar a reunião porque não vieram. Essa aí nós vamos pedir ao prefeito não renovar. Eu não tenho nada com Via Ouro, com Saritur não, não tenho não. Nós temos que olhar a nossa cidade. Há longos e longos anos eu vejo vereador defendendo a Via Ouro aí. O motivo eu não sei. Então, a gente vai partir, solicitando ao prefeito que se eles não aceitarem, não renova. Me parece que pode renovar para mais vinte anos. Vai ser essa penúria? Então, nós temos que ter coragem, ir lá, enfrentar esse pessoal da Via Ouro, solicitar da Saritur melhor atendimento. Apesar que a Saritur é DEER, mas não resolve o nosso problema, não resolve, é denúncia todos os dias aqui dos usuários, é problema de horário, lotação, carro velho. Então, que a Câmara tenha coragem de enfrentar os poderosos. Passagem não tem fiado não. Estão sempre pedindo aumento e a prefeitura concede. Parece que as planilhas chegaram aí, não é, Delma? As planilhas chegaram, o vereador solicitou, estão na Casa à disposição aí. Parece que foi o vereador Fausto que pediu. Então, está aí, é estudar, sentar com o prefeito. Chega desse pessoal não atender à Câmara e não atender à prefeitura. Quantas reuniões nós marcamos com a Saritur? Nós queremos conversar é com o proprietário da Saritur, com o proprietário da Via Ouro, não é com representante aqui não, com advogado não, nós queremos conversar com eles. Nunca vieram. Então, chegou a nossa vez, eu acho chegou a nossa vez, exigirmos: ‘vai colocar?’. ‘Não’. ‘Então, eu vou abrir uma concorrência aí e a que aceitar, o primeiro item é isso, colocar cobrador’. Qual vereador que pediu?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “qual vereador?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é só pedir que o senhor encaminhe...”. Senhor



Presidente: “o Tito pediu primeiro”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, mas eu vou só fazer o pedido que o senhor encaminhe para o meu gabinete, foi eu que fiz essa solicitação das planilhas, acredito que o Fausto também, mas no dia a gente... Não é?”. Senhor Presidente: “pedir à doutora Delma para encaminhar hoje ainda. Com a palavra o vereador Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “bom dia, Senhor Presidente. Bom dia, demais vereadores, público presente. Não, eu fui contemplado na fala do senhor aí, eu só ia tirar dúvida porque que a gente estava encaminhando uma questão de inconstitucionalidade para o secretário, mas já vi que a Casa continua ainda imbuída de a gente lutar para retornar os cobradores. Se puder mandar cópia da planilha também para o meu gabinete, por gentileza. Obrigado”. Senhor Presidente: “pedir à secretária Rúbia e à doutora para mandar para todos os gabinetes”. O Senhor Secretário continuou a leitura de correspondências: 4) “Ofício nº 0011/2017. Nova Lima, 12 de março de 2017. Exmo. Sr. Antônio César Pires de Miranda Júnior, DD. Sr. Vice Presidente da Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais. Prezado senhor, receba meus sinceros cumprimentos, ocasião em que reiteramos solicitação à V. Ex^a. para fins de que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais adote as medidas necessárias a reformular a estrutura da Estação de Tratamento de Esgoto na MG 030, nas proximidades do Colégio Santo Agostinho, neste município. Cediço que o mau cheiro naquela região tem sido tormenta aos moradores e transeuntes, situação esta que não pode prosperar. Sabedores que somos da competência de V. Ex^a. e da preocupação que nutre com nossa região é que rogamos atenção. José Guedes, Presidente da Câmara



Municipal de Nova Lima. Recebido em 13/03/2017”. Senhor Presidente: “eu gostaria de usar um minuto aqui, é com relação à ETE lá em cima. Aquela ETE foi superfaturada, um convênio prefeitura e governo federal. A ETE, me parece que o custo total dela foi seis milhões e setecentos e no convênio ela custou aproximadamente dez milhões. Entrei com ação e tudo, foi muito mal feito. Então, deu no que deu, aquele mau cheiro. E eu sempre vim trabalhando na Copasa para que a Copasa agisse sobre aquele problema do mal cheiro. Em março de 2017 eu fiz esse ofício para o vice-presidente da Copasa, o Juninho Geloso e, graças a Deus, parcialmente eu fui atendido. Eles estão bombeando o esgoto para Belo Horizonte, quem passar na estrada vai notar que melhorou bem, mas a Copasa vai construir mais duas ETE’s naquele local. Então, vai resolver o problema, é uma solicitação deste vereador, que trabalha doze, quatorze horas por dia com prazer pela cidade. Isso é um grande benefício. Aquilo ali já era, aquele problema da ETE. Então, está na justiça para apurar o superfaturamento daquela ETE lá, eu ingressei na justiça. Então, é isso que eu iria dizer. Agradecer ao Juninho Geloso, que atendeu à nossa solicitação, o Presidente da Copasa também deu uma força enorme nessa situação. E eu tenho vários pedidos na Copasa e espero ser atendido. Uma casa sem água é uma casa sem vida. Eu estou correndo atrás. E eu tenho a esperança de conseguir para uns dois, três bairros aí, ainda este ano, se Deus quiser”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa:

- 1) Projeto de Lei nº 1.694/2018, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre denominação de logradouro público no Bairro Santa Rita do município de Nova



Lima” – Rua Yêdda Otero Gurgel. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu quero registrar a presença aqui do meu nobre companheiro Wilsinho Otero, do ‘Cultura e Comércio’”.

2) Projeto de Decreto Legislativo nº 356/2018, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Confere Título de Empresa Cidadã ao Biocor Instituto, no município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto e Fausto Niquini Ferreira, para emissão de parecer. Senhor Presidente: “eu quero registrar também a presença do nosso jornalista Wilsinho Otero e agradecê-lo pela reportagem há um mês e meio atrás que o senhor fez em defesa deste vereador aqui, contando a verdade. Agradeço ao senhor. Acho que o senhor não estava presente quando eu disse que a imprensa é muito importante no Brasil, mas a imprensa, os jornalistas honestos”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.685/2018, autoria do Poder Executivo, que “Fixa o valor para pagamento de obrigações de pequeno valor – RPV –, nos termos do art. 100, § 3º e § 4º da Constituição Federal e dá outras providências”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o senhor vai colocar este projeto para discussão e votação, não é isso?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero vista dele”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “já teve”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “já teve uma vista?”. Senhor Presidente: “já teve vista”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “na verdade, é porque este projeto está em regime de



urgência, foi pedido adiamento de votação que é o mesmo que vista”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah, tá. Então, não teve vista”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é o mesmo que vista, só a nomenclatura que altera por conta do regime de urgência. Já foi concedido”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, eu retiro”. Senhor Presidente: “solicito a leitura da emenda”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Emenda substitutiva ao Projeto de Lei 1.685/2018. Dê-se ao § 1º, do artigo 1º do Projeto de Lei 1.685/2018, a seguinte redação: § 1º. Ficam definidos como de pequeno valor os débitos e obrigações cujo montante não ultrapasse o valor de 8 (oito) salários mínimos vigentes na data da requisição. Nova Lima, 08 de maio de 2018. Vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus Silva”. Senhor Presidente: “em discussão a emenda”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu também quero apresentar uma emenda”. Senhor Presidente: “ok. Continua em discussão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “deixa eu apresentar a minha emenda primeiro para saber qual vai ser votada, não? Está ok”. Senhor Presidente: “continua em discussão. Em votação...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu quero votar então”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, questão de ordem. Só por uma questão regimental, como é que eu vou votar um projeto que já leu uma emenda e tem outra emenda, aí nós vamos votar um projeto com uma emenda e depois volta de novo o projeto?”. Senhor Presidente: “votar uma emenda, depois ele vai apresentar a dele”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de



Azevedo: “mas essa emenda altera todo o projeto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “altera o projeto, uai”. Senhor Presidente: “como eu vou colocar duas emendas para votar ao mesmo tempo?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, você não vai colocar duas emendas, você vai pedir ele para ler e você coloca separado, porque a emenda se incorpora ao projeto”. Senhor Presidente: “eu acho que é individual”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu entendo perfeitamente o raciocínio, mas é porque essa emenda, Presidente, só para ficar... Hein, Diego, é até bom vocês participarem. Essa única emenda feita altera por completo o projeto, porque o projeto traz a proposta do teto da Previdência, que agora me fugiu quantos salários são... Pois é, quantos salários agora me fugiram, mas, ou seja, propõe oito salários, muda todo o projeto. Eu quero apresentar uma emenda que vai interferir no entendimento dessa apresentada”. Senhor Presidente: “eu vou conceder a leitura para o vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito. Obrigado. ‘Art. 1º. Fica alterada a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 1.685/2018, nos seguintes termos: Art. 1º. O pagamento de débitos e obrigações devidos pela Fazenda Pública Municipal, decorrente de decisões judiciais transitadas em julgado, considerados de pequeno valor, nos termos previstos nos § 3º e § 4º do art. 100 da Constituição Federal de 1988, será realizado de forma direta, mediante ofício requisitório expedido pelo Juízo competente. §1º. Fica definido como de pequeno valor os débitos e obrigações cujo montante não ultrapasse o valor correspondente a 30 (trinta) salários-mínimos vigentes. § 2º. É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento



no montante a que se refere o §1º. § 3º. É facultada ao credor a renúncia do valor que exceder o montante estabelecido no §1º para que seu pagamento se dê em conformidade com a presente lei. Paço do Legislativo Municipal, em 17 de abril de 2018'. Do jeito que a emenda proposta apresenta, ela inclusive exclui os outros parágrafos, o que altera completamente o texto da lei. Só estou trazendo esta questão de técnica legislativa porque esta emenda se ela for aprovada da forma como está, vocês estão institucionalizando o calote nesta cidade. Então, por gentileza, atendem-se ao texto da emenda porque falta ali técnica legislativa. Agora, eu quero inclusive, Presidente, justificar o porquê dessa minha emenda. Além de nós, esta Casa votou e aprovou por unanimidade a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, se não me engano em julho do ano passado e a LOA – Lei Orçamentária Anual no dia vinte e nove de dezembro do ano passado, pouco mais de quatro meses, onde estes dois documentos orçamentários financeiros, ou seja, todo o planejamento do que a cidade arrecada, investe e gasta, nestas duas legislações estão previstos todo este pagamento, sem contar que, infelizmente, apesar da votação desta Casa, vários impostos foram majorados para a população pagar a conta. Haverá a partir deste ano aumento e incremento da CFEM nos cofres desta cidade e, portanto há previsão legal, orçamentária e financeira para pagamento de todas estas despesas previstas no município. Esta Casa aprovou estas duas legislações, eu não estou inventando nada. Justificativa da minha emenda: ‘A emenda proposta visa manter a situação até então vigente, no tocante às obrigações de pequeno valor decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado que não estão



sujeitas ao regime de precatórios previsto no art. 100 da Constituição Federal de 1988. O art. 100 assim estabelece para o que interessa: Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (...)

§ 3º. O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º. Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social. (...) A Constituição Federal estabelece como valor mínimo das obrigações de pequeno valor, não sujeitas ao regime de precatórios, o correspondente ao maior benefício pago pelo regime geral de previdência social, que hoje corresponde a R\$ 5.645,81. Segundo o texto constitucional, o valor dessas obrigações de pequeno valor será fixado de acordo com a capacidade econômica do ente federado, presumindo-se que os municípios que apresentem menor renda per capita e PIB abaixo da média nacional adotem o valor mínimo previsto na CF/88. Certo é que Nova Lima é um dos municípios de destaque do Estado e também do País, em termos de arrecadação, renda per capita e PIB regional, portanto, não se justifica reduzir o pagamento das obrigações



de pequeno valor ao mínimo nacionalmente permitido, sacrificando mais ainda as pessoas que, após anos de espera na justiça para ver reconhecidos os seus direitos, ainda precisam amargar mais uma década, no mínimo, na fila de precatórios. O valor proposto nesta emenda (30 salários-mínimos) respeita o limite previsto no art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a seguir transcrito: Art. 87. Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a: I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal; II - trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios. Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100. Assim, caso esta emenda seja aprovada, todos aqueles que possuem créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado em face do município (o que equivale a dizer que tiveram os seus direitos reconhecidos pela justiça), no valor de até R\$ 28.620,00 não precisarão enfrentar na fila de precatórios e farão jus às suas verbas mediante simples requisição direta. Veja que este é o valor considerado razoável pelo constituinte, para todos os municípios brasileiros e este era o



valor que vinha sendo adotado por Nova Lima. Não haverá assim, comprometimento de receita e nem alteração das previsões de despesas na Lei Orçamentária vigente. Lei esta aprovada por unanimidade desta Casa. Importante ressaltar que com as recentes alterações na legislação de pessoal, que reduziram os gastos totais com pessoal, as alterações na legislação tributária, que provocaram um incremento na receita própria do município (ISS, Contribuição para custeio de iluminação pública, ITBI e taxas, não considerarei aqui o reajuste do IPTU), assim como a aprovação da Lei Federal nº 13.540/2017, que aumentou a arrecadação da CFEM, Nova Lima teve considerável incremento em sua receita, o que vem reforçar ainda mais a desproporcionalidade de fixar as requisições de pequeno valor ao mínimo constitucionalmente previsto, que deve ser adotado apenas em municípios que apresentem situação econômica muito pior do que a de Nova Lima'. Esta é a justificativa da minha emenda, Presidente, que apresento respeitosamente a esta Casa". O Senhor Secretário proferiu leitura novamente: "Emenda substitutiva ao Projeto de Lei 1.685/2018. Dê-se ao § 1º, do artigo 1º do Projeto de Lei 1.685/2018, a seguinte redação: § 1º. Ficam definidos como de pequeno valor os débitos e obrigações cujo montante não ultrapasse o valor de 8 (oito) salários mínimos vigentes na data da requisição. Nova Lima, 08 de maio de 2018. Vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus Silva". Senhor Presidente: "em primeira votação". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "o senhor vai colocá-la em discussão, Senhor Presidente?". Senhor Presidente: "em discussão". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "se



for colocar em discussão, eu quero...”. Senhor Presidente: “em discussão a emenda dos vereadores que foi lida aí, são seis vereadores”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “seis vereadores: Wesley de Jesus, Boi, Fausto, Ederson, José Geraldo Guedes e Alessandro Luiz Bonifácio”. Senhor Presidente: “seis vereadores apresentaram a emenda. Com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “obrigado, Senhor Presidente. Vereador Álvaro, outro dia nós conversamos aqui sobre as questões da técnica legislativa e hoje, mais uma vez, o senhor dá um show de bola com relação a esta questão. Eu penso, vereador, que é isso que a população de Nova Lima espera da gente, espera que a gente faça uma proposta de emenda, mas que a gente possa justificar com fatos baseados na legislação vigente o porquê a gente está fazendo essa proposta de emenda. Eu fico pensando aqui, durante o tempo que o senhor estava falando sobre o assunto, eu fiz até algumas anotações. A gente quando tem aqui na Casa algum assunto muito polêmico, geralmente a Casa tende a ficar muito cheia, então vem o servidor defender os seus direitos, vem o pessoal dos condomínios defender os seus direitos e hoje nós estamos recebendo os advogados aqui, também com toda legitimidade, defendendo os seus direitos. A quem esta lei atinge? O pequeno comerciante, o servidor que... E aí eu não estou falando assim: ‘ah, mas é o pequeno comerciante, por quê?’. Porque por algum motivo, a justiça reconheceu o seu direito de receber, ou seja, a gente sabe como que, em muitos casos, a justiça é lenta. E não é lenta porque ela quer ser lenta, é lenta porque o processo é realmente trabalhoso para dar direito às duas partes de se defenderem e essa coisa toda. Esse percurso de tempo todo,



o sujeito fica lá esperando uma decisão, que seja positiva ou negativa, na cabeça da gente sempre que a gente tem uma demanda contra essa instituição ou aquela, a ideia da gente é que a gente vai ganhar a causa, não é? Em num dado momento, você ganha a causa e aí você espera que vai receber. Aí junta dez vereadores, nove, porque hoje o Flávio não está aqui por motivo de doença, e é lógico e evidente, eu não estou aqui nominando voto de ninguém, o voto é livre, as pessoas votam do jeito que querem, a gente respeita isso, mas junta gente e fala assim: ‘olha, você esperou tanto tempo, mas você vai ter que esperar mais um tempo aí porque dez pessoas, que muito possivelmente a prefeitura não devia nada para eles, votaram uma lei aqui que você vai ter que esperar mais um ano, mais dois anos, mais três anos’. Então, eu voto com a emenda do senhor, favorável. Aqui parablenizo a atitude da leitura, do cuidado, do zelo com o que a gente está fazendo aqui. Não é simplesmente: ‘ah, vou fazer uma emenda aqui, era cinco vai para oito’. Eu não estou criticando quem fez isso não, eu queria uma justificativa plausível, porque era cinco e foi para oito? O que aconteceu? Então, eu voto com o senhor. E mais uma vez, Senhor Presidente, se a emenda passar, qualquer uma das duas, eu continuo rogando que a gente devia não votar este projeto hoje para ele ser melhor discutido. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu aproveito a oportunidade para cumprimentar aqui os nobres colegas advogados, representados na pessoa do Cadu, nosso Presidente. Confesso que discuti este processo muito com o Poder Executivo, conversei com vários advogados da cidade. E o que nós temos aqui é o seguinte: nós temos uma prefeitura que ainda tem



uma folha de pagamento com cinquenta e quatro, ponto seis, acima do limite constitucional prudencial, nós temos uma tentativa do Prefeito, do Executivo de colocar as contas da prefeitura em ordem, e nós não estamos falando de calote nesse projeto em si, ninguém vai deixar de receber, as pessoas vão receber, só não vão receber quando o processo findar, vai esperar-se um pouco. Vou falar e vou explicar, vereador Silvânio, de uma forma mais simples, todo mundo tem um orçamento doméstico aqui, vou gastar X com alimentação, água, luz e vou gastar cem reais com remédios por mês. A partir do momento que no próximo mês, você fez seu orçamento e aquela conta com remédio saltou de dez para mil, porque você não tem controle, porque você não sabe quais ações vão ser julgadas e, no caso da família, você não sabe o que vai se gastar com saúde, você vai ter um desequilíbrio das suas contas para você gastar ali com aquilo que é emergencial, que é a saúde. As contas do município não são diferenciadas. Eu votei aqui aumento de impostos, redução de custos de reforma administrativa que foi realizada, tenho várias... Tinha várias ações contra a prefeitura, porque hoje eu estou impedido de advogar nesse caso, sou advogado da cidade, milito na cidade e não poderia adotar outro sentimento, eu peço até desculpas aos nobres colegas, não poderia ter outra postura que não seja reduzir, porque nós estamos há um ano falando de redução. Reduzimos do servidor, nós reduzimos de uma série de coisas e não acho que seria justo da minha parte, como advogado da cidade, não apoiar mais este projeto de redução, que não institui calote, é o pagamento. Existe uma previsão legislativa federal de que é obrigação do município pegar meio por cento da arrecadação e direcionar a pagamento



de precatórios. O município não tem cumprido esta legislação, que se busque então uma penalização do Chefe do Executivo da época ou dessa época, que eu espero que o Executivo desta época não deixe de cumprir, para investir nos precatórios que são colocados. Nós temos uma situação na cidade hoje que é um parcelamento em dez parcelas de triênios que deixaram de ser pagos, hoje na letra P que é de professor. Nós temos uma ação hoje de vinte e poucos milhões que não é atingida neste projeto de lei, de RPV, porque é pago para cada um dos servidores, da cesta básica, que foi aprovado pela Casa Legislativa na época e que não foi pago pelo prefeito de um projeto de lei que ele mesmo apresentou na época, que agora tem que ser pago a todos os servidores. Justo, porque é direito adquirido. Então, o que está se cogitando aqui, o que está se propondo, na verdade, é falando: ‘olha, o RPV foi expedido, o prefeito tem que pagar, em vinte dias, trinta dias, sessenta dias, tem que realizar o pagamento’. O precatório não. Você vai entrar em uma fila, isso permite que o Executivo tenha previsibilidade do que vai ser pago ou o que não vai ser pago, obedecendo critério dentro da legislação, que é o pagamento mínimo de meio por cento do orçamento anual. Quando se fala aqui que nós aprovamos a lei orçamentária com a previsão desses valores é mentira. Não tem como mensurar o que foi feito, o que teve trânsito em julgado. Não estávamos prevendo que teria uma ação de vinte milhões de reais transitada em julgado esse ano e teria que realizar o pagamento dela. São sessenta milhões hoje a serem pagos a título de RPV e de precatórios ao longo desse período. A lei orçamentária, oito milhões a procuradoria, esse valor tem que sair da procuradoria. E têm muitas outras coisas que nós temos que



repassar, eu acho que é o momento de começar a discutir, por exemplo, hoje nós temos boa parte de ações patrocinadas por pessoas que eram gestores da prefeitura no passado. Então, eu peço data vênha aos posicionamentos contrários, vou votar na emenda de oito salários e vou votar no projeto por entender que o município, no momento, precisa dessas readequações. E ressaltando, não estamos falando de calote, estamos falando de que vamos dar condições do Executivo prevê o que vai pagar a cada ano e trazer dentro dos orçamentos de forma mais justa e de forma mais séria, da forma que tem que ser tratado o orçamento do município de Nova Lima, é responsabilidade”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me dá um aparte?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “fica à vontade, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, eu entendo que o senhor fez uma comparação aí, com toda a certeza, de uma forma empírica com relação ao orçamento doméstico e com relação ao orçamento da administração. É certo que dos dez vereadores aqui, sem nenhum demérito a nenhum dos outros, o senhor tem uma formação na área, o senhor é advogado, então o senhor formou em Direito. Eu fico imaginando que nós podemos estar abrindo aqui, também de uma forma empírica, a gente pode estar abrindo aqui um precedente muito desagradável. Imagina eu, eu recebi uma multa há um tempo atrás, imagina se eu chego para o juiz, viro para ele e falo assim: ‘olha, eu não vou poder pagar essa multa agora não, vou dividir ela aqui. O certo é de cinco vezes, mas eu só posso pagar de dez, de vinte’. Isso não existe, gente. Eu penso que a lei é muito clara. Quando o senhor fala que não é verdade com relação à questão da lei orçamentária, nós votamos sim, tem previsão lá sim. Então, vereador,



com todo respeito que eu te tenho, e até eu entendo, eu acho que o senhor tem mesmo que fazer isso, é papel do líder do governo defender os interesses do governo aqui e, é lógico, que o senhor não faz isso de forma cega porque a gente já conversou muito e eu sei que o senhor faz as ponderações, mas eu não consigo aceitar de maneira nenhuma essas justificativas e peço aos outros vereadores que repensem o que nós estamos fazendo com essa cidade para o futuro. Ontem no mesmo episódio que o vereador Zé Guedes mencionou aqui no início, na Policlínica, eu conversava com os funcionários lá...”. Senhor Presidente: “vereador, vamos falar na pauta, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu estou falando na pauta, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “não, senhor. Policlínica não tem nada a ver com isso, vamos falar na pauta”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “se o senhor deixar eu concluir a minha ideia, Senhor Presidente...”. Senhor Presidente: “não. Já dei a palavra para o senhor sobre a Policlínica”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor é tão ávido quando eu estou falando que o senhor... Eu estou falando na pauta”. Senhor Presidente: “não, não está. Vou pedir ao senhor para falar na pauta”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu tenho que ter respeito pelo senhor, Senhor Presidente, mas...”. Senhor Presidente: “mas o que?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ontem na Policlínica... É porque eu estou... Deixa eu terminar a minha ideia só, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “mas o que? Não tem nada a ver com Policlínica o que está discutindo não”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ontem na Policlínica nesse mesmo processo, a gente conversava com alguns funcionários que estavam extremamente preocupados com esta questão do RPV



porque acreditavam que muito possivelmente isso de alguma forma iria atingi-los. E eu dizia naquele momento que os casos não são da forma que as pessoas colocam, que precisa mesmo fazer uma mexida aí, mas precisa também do prefeito ouvir, igual ele começou lá ouvindo os advogados e depois a conversa muda de figura. Então, eu continuo implorando aqui aos vereadores, repensem no que nós estamos fazendo com as pessoas que votaram na gente nessa cidade e acreditaram que estaríamos aqui de uma forma técnica, pensando de uma forma, não é a favor do povo, tem gente fala assim: ‘vereador tem que ir a favor do povo’. Não, vereador tem que ir a favor da lei, da legislação e é isso que eu penso que nós temos que estar fazendo aqui. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “voltando a palavra...”. Senhor Presidente: “eu queria só...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão, muito obrigado, porque o senhor que me deu a palavra. Muito obrigado, vereador”. Senhor Presidente: “eu pediria ao senhor...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pode ficar à vontade”. Senhor Presidente: “com relação às cestas básicas, eu falei com prefeito Cassinho umas trinta vezes que não era para cortar. É lei. Deu no que deu. Fez as burrices, as asneiras, quebraram a prefeitura. Para quem não sabe, tem indenização de novecentos mil de uma funcionária, seiscentos, quinhentos mil. Fizeram tanta coisa errada nesses doze anos, quebraram a prefeitura. A prefeitura tem que pagar cesta básica agora, vinte milhões. Não foi falta dos vereadores, eu que bati mais nessa tecla com o sindicato. ‘Não faça isso, isso é lei, é comida para o pobre, para o funcionário’. Peitou e fez. Quem vai pagar é o povo. Não é Vítor que vai pagar. Quem vai pagar é a Prefeitura, vai sair o dinheiro



dos cofres lá, mas o povo... Eu estou ciente que o prefeito tentou fazer um acordo, parcelar, a justiça não aceitou, terá que pagar os vinte milhões. O senhor sabe disso, o senhor é o líder do prefeito aqui, o senhor sabe disso, os outros vereadores também sabem. Numa pancada: vinte milhões. É muito dinheiro. Então, fizeram as asneiras. Ainda bem que a justiça está agindo, a cidade está sabendo o que a justiça tem feito nesses últimos quinze, vinte dias aí. Errou, tem que ser punido. Penalizou o povo, tem que ser punido. Obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, o senhor ressaltou a questão das cestas básicas, que tem que ser pago sim, é direito do servidor, foi um pleito na época do sindicato. Vai ter que começar a atrasar salários de novo, porque você é pego de supetão com uma outra folha de pagamento que entra no mês. Então, são estas questões, que aí eu ressalto aqui que nós temos que pontuar, gente, porque governar não é só... E nós aqui ajudamos nessa governança do município, ela não pode ser pensada só com imediatismo ou com populismo porque tem A ou B que eu vou defender não, os frutos do que nós estamos plantando aqui, seja muitas vezes não compreendidos, eles perduram na história e vão refletir ao longo dos anos. Querendo ou não, vão refletir. As decisões que são tomadas aqui têm impacto na vida do povo de Nova Lima. Então, eu só peço aos vereadores que cada um vote com a consciência. Voto este projeto, sinceramente, como já votei outros. Confesso que o projeto do servidor, da reforma administrativa, IPTU não tive esse problema, mas a reforma administrativa e esse projeto, voto de novo com pesar na consciência, com o coração falando: ‘não, não, não’, mas com a certeza de que é necessário ser feita alguma coisa, é



necessário tomar algumas medidas na cidade e essa, infelizmente, é mais uma que tem que ser tomada”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, só para trazer à luz mais alguns fatos. Ao contrário do que o líder do governo informa que são mentira as informações que eu trouxe, pelo o que eu entendi, se eu estiver errado, sintam-se à vontade para me corrigir, houve então a iniciativa de apresentar esse projeto para Casa porque teve mais uma decisão judicial, a questão das cestas básicas que importa no valor de vinte milhões. Todas as pessoas que deverão ser indenizadas, isso já foi trazido, já foi discutido aqui, não em plenário, mas informalmente por nós vereadores, que cada um dos servidores contemplados com essa decisão judicial não receberão mais do que a proposta trazida pelo governo, vão colocar agora oito salários mínimos. Todos receberão um valor inferior a esses oito salários mínimos, portanto este projeto de oito salários-mínimos ou trinta nada altera a decisão das cestas básicas. Estou falando bobagem, vereador Silvânio? Pois é. Então, eu trouxe aqui argumentações, eu trouxe explicações técnicas, jurídicas, apesar de não ser advogado como o nobre líder do governo é, mas tenho uma assessoria extremamente capacitada que sempre me orienta quando demandada. Eu voto, naturalmente, não votarei a favor dessa emenda de oito salários mínimos, mas sim, óbvio, naquela que eu apresentei. E o senhor foi muito feliz em dizer que aqui o voto é de cada um, o voto de cada um tem que ser respeitado, da mesma forma que o meu também tem que ser respeitado. Vereador Silvânio, eu não sirvo ao Chefe do executivo, eu não estou aqui para isso, estou aqui para servir à população dessa cidade. E, por conta de todas essas justificativas que trouxe, em são



consciência, eu voto contra a emenda apresentada de oito salários mínimos e a favor da de trinta”. Senhor Presidente: “em votação a emenda apresentada...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu quero fazer um relato aqui, porque eu participei de uma parte da reunião a qual o Cadu mencionou aqui na Tribuna e quero deixar muito claro, faço parte da base do governo do prefeito Vítor Penido, mas eu não vou me taxar aqui como ficar inerte a uma coisa que eu presenciei. Então, cabe a mim aqui, como a matéria vai ser colocada em votação com as duas emendas, votar sim ou não. Já externei um pouco do meu pensamento com o Cadu, mas realmente aquilo que foi comprometido com os advogados que lá estavam é que esse projeto estaria suspenso até que tivesse a reunião com a OAB, junto com a procuradoria. Eu quero só deixar isso claro porque eu realmente presenciei essa conversa. Então, peço desculpas a vocês porque eu vou fazer meu direito aqui de voto, mas não fui eu que descumpri. Realmente está tendo um descumprimento de um acordo pelo menos verbal, que você foi muito feliz de lembrar até o termo, que foi: ‘no fio do bigode’, foi até colocado isso lá, então eu presenciei. Cabe a mim aqui votar, já tem até uma melhora em relação a RPV, vou votar o projeto com a emenda de oito salários mínimos, mas isso realmente ocorreu. Obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, só mais um comentário que eu inclusive esqueci de falar, que o sistema que está hoje ainda está cometendo uma outra injustiça com advogados. O que o Executivo tem feito ao longo dos anos? Tem uma fila de precatórios, ele tem lá o limite de meio por cento do



orçamento, quando chega o RPV, o que ele faz? Ele paga o RPV e deixa de pagar os precatórios. Então, os advogados que têm precatórios não recebem porque o Executivo não paga. O Executivo paga o RPV e deixa de pagar o precatório. Eu conversava com a procuradora, ela até me mandou uma informação, nós temos hoje dez milhões, foram pagos dez milhões, foi feito um plano com o TJ de pagamento de precatório, onde se espera pagar dez milhões até fevereiro de dois mil e dezenove. Hoje estão sendo pagos precatórios de dois mil e onze, e a expectativa é que em fevereiro os precatórios voltem a ficar em dia. O precatório que sair esse ano é pago ano que vem, o precatório que sair em dois mil e dezenove é pago em dois mil e vinte, porque nós temos uma demanda bem inferior e um orçamento que nos permite fazer isso, enquanto município que eu estou falando. De RPV são seis milhões e quinhentos que entrou ano passado. Então, o que nos últimos três anos tem sido feito na cidade? Paga-se o RPV e deixa de pagar o precatório, então as pessoas que estão no precatório não andam na fila, paga-se apenas o RPV. Quanto à cesta básica, de fato não entra, mas aí, volto a frisar, com a entrada do valor da cesta básica paga-se o valor dos vinte milhões da cesta básica e deixa para trás todos os precatórios que estão na fila desde dois mil e onze”. Senhor Presidente: “em primeira votação o projeto com a emenda dos seis vereadores. Em votação a emenda dos seis vereadores, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Sete favoráveis, dois votos contra, o vereador Álvaro contra, o vereador Silvânio contra. Em discussão a emenda do vereador Álvaro, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Rejeitada, sete votos contra, dois favoráveis,



vereador Álvaro favorável, vereador Silvânio favorável”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu só gostaria que o senhor consultasse o Plenário para fazer a dispensa de interstício, fazendo primeira e segunda votação”. Senhor Presidente: “em votação a proposta do vereador Wesley de Jesus, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Sete favoráveis, dois contra. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 1.685/2018 em segunda e última votação. Em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos, dois votos contra, do vereador Álvaro e do vereador Silvânio Aguiar. Encaminho o Projeto de Lei... Houve um engano aqui, foi votado em primeira. Por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 1.685/2018 em sua segunda e última votação, em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado sete votos, dois contra, do vereador Álvaro e do vereador Silvânio. Encaminho o Projeto de Lei nº 1.685/2018 à sanção”. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra nas duas votações: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo e Silvânio Aguiar Silva. 2) Projeto de Lei nº 1.688/2018, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a divulgação do diário de obras e apontamentos dos serviços realizados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no respectivo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Nova Lima”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. Vereadores que votaram a



favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 3) Projeto de Lei nº 1.690/2018, autoria do vereador José Guedes, que “Denomina as vias públicas no Residencial Chácaras Belarmino conforme menciona e contém outras providências”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Senhor Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor... Pode falar”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu gostaria só de solicitar, vereador, se o senhor me permitir, Presidente, fazer uso da palavra por três minutos como líder do meu partido”. Senhor Presidente: “liberado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “na verdade, eu gostaria de ressaltar e parabenizar o judiciário e o Ministério Público de Nova Lima. Nós tivemos há vinte dias atrás, uma ação judicial que, verificando as contas da prefeitura, bloquearam aproximadamente mais de quarenta e sete milhões em contas de políticos da cidade, quarenta e dois na conta de um ex-prefeito, é o Carlinhos, e de alguns secretários, bloquearam da conta da Consita quarenta e dois milhões de reais e lá, de fato, eles encontraram bens no intuito de ressarcir os cofres públicos de possíveis danos que foram ocasionados aos cofres públicos. Essa semana eu tomei conhecimento



de uma outra ação, aquela outra do lixo, que mais uma vez o judiciário, a pedido do Ministério Público, fez um bloqueio de onze milhões na conta do ex-prefeito Carlinhos Rodrigues, na conta do ex-secretário Fernando Taveira e também na conta da empresa Inelto que fazia manutenção de rede elétrica da cidade. Costumo dizer que medidas como essa têm se espalhado no país como um todo e veem realmente ressaltar... E aí eu estou aqui, do lado de um homem que muito contribuiu com o município em discussões judiciais de várias irregularidades, que é o senhor Wilsinho Otero, foi autor de várias ações, de várias denúncias”. Senhor Presidente: “Wesley, e o vereador José Guedes também”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o vereador José Guedes também, eu me lembro muito bem”. Senhor Presidente: “tem uns doze processos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o Presidente, vereador José Guedes, o Márcio, o Wilsinho Otero são pessoas que realmente contribuíram e deixaram uma marca nessa busca de justiça social. Eu recebo essa notícia com tristeza por saber que em dois contratos municipais nós estamos discutindo quase sessenta milhões de reais. O que não se faria com sessenta milhões de reais a mais nos cofres públicos de obra e de tantos outros bens que poderiam ser direcionados diretamente à população dessa cidade? Então, fica aqui, é histórico isso. Não posso deixar de ressaltar que o doutor Cleber é um juiz novo na cidade, doutor Cleber, doutora Mirna, doutora Adriana têm trabalhado incansavelmente, o Ministério Público também sofreu algumas alterações, e essa equipe hoje está de parabéns. Eu costumo dizer que é histórico porque nunca na história do judiciário de Nova Lima se viu uma sentença tão louvável como essa e nunca na história do



Ministério Público de Nova Lima nós tivemos um pedido tão bem justificado, tão bem fundamentado que até ensejou essa liminar, essa antecipação da tutela. Então, fica aí os meus parabéns para o judiciário, que não exista partido, que não exista cara, que não exista apadrinhamento de político, as coisas quando são erradas tem que ser verificadas, não pode ter amigo, colega, não pode ter: ‘ah, eu não posso investigar isso porque eu sou da cidade’. Então, fica aí os meus parabéns para o judiciário, os meus votos de como cidadão, não só como vereador, da importância do trabalho que eles têm feito em Nova Lima, principalmente no que diz respeito a coisas erradas que é tirar dinheiro dos cofres públicos, tirar dinheiro do povo, onde deveria ser investido diretamente no povo para ser direcionado para finalidades obscuras. Aí eu espero que o judiciário apure outras coisas, que no final realmente consiga restituir para os cofres públicos os montantes que aqui foram discutidos e mencionados”. Senhor Presidente: “mais uma vez, eu quero parabenizar o Wilsinho Otero pelo fato de ingressar na justiça várias e várias vezes e colocava que estava entrando, ingressando na justiça. Eu também tenho uma batalha muito grande, realmente, sobre o lixo, era um lixo mesmo, cansamos de falar, avisar, mas não escuta a gente. Então, quebraram Nova Lima, foi dito aí, quebraram. Volto a dizer: os prefeitos têm que ouvir os vereadores, a maioria não ouve, entra aqui e sai aqui, deu no que deu. Se o Cassinho tivesse ouvido a gente, só o episódio da cesta básica, ele atropelou os vereadores, atropelou o sindicato, tirando a comida do prato do trabalhador. Então, hoje a justiça está certa, serão ressarcidos os funcionários, é de direito. Volto a frisar: o prefeito tentou fazer um acordo para dividir,



não foi dividido, são vinte milhões, é uma pancada. Se fosse fornecida a cesta básica, seria paga mensal, não onerava tanto, deu no que deu. Então, mais uma vez, o senhor tem um jornal, o senhor denunciou o tempo todo. Não vou alongar mais não, senão eu vou ficar falando até amanhã, está lá a Praça do Senai, aquilo é praça? Um milhão, está para ser julgado ainda, um calçamento com cinco banquinhos, eu bati naquilo ali, veio Estado de Minas; até hoje, mas eu tenho esperança ainda, eu tenho esperança”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero solicitar aos componentes da comissão que o senhor montou que façam o chamamento do senhor Flávio que tem apelido de Flávio Pirata, que é a pessoa que produziu o áudio, o telefone dele é 97557-9847; e que faça também o chamamento de uma pessoa que eu sinceramente não sei o nome aqui agora, mas tem apelido de BG que circula também com o áudio aí, dizendo que estava lá presente, que presenciou o momento e que não teve nada do que o Flávio fala, o número dele é 98820-7112. Eu gostaria que essas pessoas fossem ouvidas”. Senhor Presidente: “vereador, peço ao senhor o senhor faça por escrito. Ok?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “as pessoas têm percebido, eu acho que nós não podemos deixar de falar isso aqui, gente, que é o seguinte, tem tido notícias na cidade de que ah, nós estamos sob investigação do Tribunal de Contas, gastos exagerados já explicados por vossa excelência aqui que foi erro de digitação, que não seriam quinhentos mil, mas seriam cinquenta e cinco ponto



seis, algo desse tipo. Eu só gostaria de pedir aos jornalistas da cidade, aí eu vou falar especialmente ao Zé Cleves que eu tenho um carinho, nem sei se ele está aqui, que a gente tenha mais... Eu falo do Zé Cleves porque o Zé Cleves foi uma das pessoas mais injustiçadas de um caso judicial nesse país, jogaram uma notícia, acabaram com a carreira dele, acabaram com uma série de coisas, porque ele é exemplo da responsabilidade que se tem que ter com o que fala. Ele, um jornalista brilhante, um jornalista que tinha uma carreira sólida, que foi jogada para o ar por causa de um boato que, no final, ele conseguiu provar que ele era inocente, que destruiu parte da carreira dele por causa disso. Então, eu só gostaria que os jornalistas da cidade, aí eu estou aqui com a TV Banqueta, tem o Wilsinho do Cultura e Comércio, tem o próprio Zé Cleves, direcionando especialmente ao Zé Cleves, que nos desse a oportunidade de falar antes de sair uma matéria, porque depois que uma matéria sai, gente, para você voltar aquilo atrás, não volta mais, a gente sabe que não volta. Eu não estou aqui na defesa. Estive em Brasília essa semana, fiquei conversando um tempo com o Senador Zezé Perrella, ele falava uma coisa muito engraçada, ele falava assim: aquele funcionário que foi pego com uma mala de quinhentos mil reais, levando do Aécio, ele não era meu funcionário mais, eu já tinha mandado aquele cara embora há muito tempo, mas a mídia vai lá e fala: 'funcionário do Senador Zezé Perrella'. Como que ele justifica isso para o país inteiro hoje? Olha o que uma informação errada consegue fazer na vida de uma pessoa. Então, que a gente venha ter a oportunidade de falar às vezes antes de sair notícias como essa, para que a gente possa ter a oportunidade de esclarecer. Não estou falando que a



mídia... A mídia é importante no país todo, eu costumo dizer que se não tivesse mídia, não teria Lava Jato, ela é importante na questão da fiscalização e tem que ajudar na fiscalização mesmo, tem que ter autonomia, mas que desse essa oportunidade antes de fazer determinados tipos de acusações para que não cometêssemos injustiça ao longo da história. E aí quero ressaltar que Tribunal de Contas realmente esteve no meu gabinete, esteve na Casa, e que a minha prestação de contas, eu tenho certeza que a prestação de contas de todos os vereadores aqui é pública porque ela é apresentada pela Casa, depois é apresentada pelo Tribunal de Contas, e aí eu tenho certeza que todos os vereadores aqui tem a responsabilidade de fazer a prestação de contas dentro daquilo que está dentro da legislação municipal hoje, dentro da resolução municipal. E tenho certeza que todos vão colocar ou podem colocar a prestação de contas à disposição, eu estou colocando a minha para que caso haja algum tipo de dúvida por qualquer cidadão novalimense, estou colocando à disposição para fazer qualquer tipo de esclarecimento também e rogo aos jornalistas da cidade que tenham essa compreensão com essa Casa porque bater em político hoje é muito fácil, quando você está do lado de lá é fácil demais, mas tem que se buscar entender para que não venha cometer injustiças nesse país, principalmente na nossa cidade”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, a gente trata o mal com o bem, então eu, vereador Alessandro Luiz Bonifácio, 1º Secretário, nunca, eu não sou inimigo de nenhum vereador aqui, graças a Deus, Nossa Senhora Aparecida, tudo que passou Deus mostrou, a justiça mostrou. Então eu, vereador Alessandro Luiz Bonifácio, 1º Secretário desta Mesa, peço vossa



senhoria para... Não quero participar da Comissão de Ética, que eu não tenho esse...”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “obrigado”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, não é obrigado a você não, porque se fosse olhar você, vereador, eu ia tratar o mal porque eu sei o que eu passei. Eu quero te agradecer, vereador José Geraldo Guedes, que só você sabe o que eu passei, eu fui injustiçado aqui. O que fizeram? O meu menino tinha acabado de fazer uma cirurgia, eu fui também proteger o povo lá no hospital, pedir um atestado de óbito, mas não quebrei nada, não pus a mão, mas eu não quero... Deixa para Deus, Nossa Senhora Aparecida. Então, vereador, Presidente José Geraldo Guedes, quero te agradecer muito pela confiança, porque não é hoje que você pôs essa Comissão de Ética aqui não, já tem um mês que você indicou os membros da Comissão de Ética, mas parece que não presta atenção na reunião. Mas eu quero sair dessa comissão, com todo respeito, e passar para os dez vereadores: eu não sou inimigo de ninguém aqui não, não sou não, não sou. E aí, quem vossa excelência indicar, Presidente, apoio então... Mas que dói, dói e eu não quero que outros vereadores passem o que eu passei aqui porque dói, vocês não sabem a dor que eu tive lá em Itabirito, o Fausto Niquini, o José Geraldo Guedes, Leci Campos. Não, o soldado não estava não”. Senhor Presidente: “o soldado?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, também não estava não. José Geraldo Guedes, Fausto, Leci Campos. E dói, dói, dói na hora que a pessoa vota o seu afastamento para ganhar uma Mesa Diretora aqui. Doeu demais, então eu não quero. Senhor Presidente, desculpa mesmo pelo carinho que vossa excelência tem com esse vereador, mas eu não estou fazendo aqui para agradar nenhum vereador não, se tem que



apurar, acho que essa Comissão de Ética tinha que ser há muito mais tempo aqui nessa Casa, que é uma falta de respeito que tem direto aqui. Mas eu peço para eu sair dessa Comissão de Ética”. Vereador Tiago Almeida Tito: “senhor vereador, o senhor me dá um aparte?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “dou sim”. Vereador Tiago Almeida Tito: “vereador Coxinha, agora aqui, diante dessa fala do senhor, eu acho que o senhor foi muito feliz na sua colocação que a gente não combate o mal com o mal”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não”. Vereador Tiago Almeida Tito: “a gente realmente combate com o bem. Eu queria te dar os parabéns por isso. Acho que essa Casa aqui precisa viver momentos de paz para que a gente possa resgatar o dia a dia da nossa cidade, salvar a nossa que está cheia de problemas, para a gente ficar criando outros problemas aqui dentro por uma questão de inimizade, sendo que todos aqui que foram eleitos somam essa votação, o que a gente representa, inúmeros cidadãos que estão sendo representado aqui dentro. Então, assim, acho que hoje a fala do dia foi a do senhor, o senhor demonstrou uma hombridade, um companheirismo, um bom senso, um desprendimento, um desprendimento também porque, querendo ou não, você iria ganhar notoriedade em relação a essa comissão, até onde ela poderia chegar. Então, assim, acho que só um vereador de fé, como o senhor é, e eu também me coloco sendo que tem fé em Nossa Senhora Aparecida, sabe que não combate o mal dessa forma. Eu acho que a gente tem muito aqui, os dez, para contribuir juntos para a construção de uma cidade melhor que está passando por muitas dificuldades, a gente realmente tem que ter um olhar fiscalizatório também para prefeitura, também para Câmara e não colocar um



contra o outro, eu acho que a gente tem que ter dias aqui mais de paz. Parabéns, senhor vereador”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado”. Senhor Presidente: “eu gostaria de usar da palavra”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “quero dizer o seguinte, que o vereador tem que pensar bem quando ele aceitar alguma sugestão, um convite do prefeito, do vereador e do prefeito, do prefeito também. Trata-se que vai votar em projeto, chega aqui não vota, eu sou contra isso. Aqui ninguém está pagando o bem com o mal não, ninguém está pagando não. Tem que ter a Comissão de Ética sim, aqui, em todos os lugares tem, porque que na Câmara não tem? Eu não concordo com a fala do Coxinha, tem que ter para não cometer injustiças, exatamente, vai fazer o levantamento, se o vereador errou no caso da UPA, as leis estão aí; se ele não errou é até bom para ele. Se eu estivesse nesse caso, eu queria que apurasse. Tem que parar, político tem que parar, me desculpe, tem que parar de ficar em cima do muro, tem que acabar com isso, tem que acabar com isso. Sempre me cobraram a Comissão de Ética, tem um mês que nós implantamos aqui, primeira apuração que tem que fazer, Coxinha pede. Você me desculpa, Coxinha, gosto muito de você. Então, eu vou colocar outro, espero que aceite, porque aqui, meu amigo...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “eu estou com a palavra”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu sei”. Senhor Presidente: “aqui na Câmara é difícil, são difíceis as coisas. Eu sou detestado, não tem problema. Para mim pau que dá em Maria, dá em João, quem me conhece sabe a minha trajetória aqui, entendeu? Não tem nada demais nisso, em apurar não, não tem nada demais nisso não



Coxinha. Então, o senhor pediu para sair, é todo direito do senhor. Espero que o que eu convidar aceite, para exatamente não fazer injustiça como foi feito com o senhor. Naquela época não tinha uma comissão, falaram: ‘nós vamos cassar o Coxinha aqui de qualquer maneira’. E eu estive o tempo todo batalhando com o senhor, o tempo todo, porque é injustiça, o que quiseram fazer com o senhor aqui não existe, uma reunião sem quórum, pagaram um picareta cem mil para falar que o quórum é o livro de presença, que advogado é esse? Eu já falei isso aqui uma dez vezes, vou continuar, não é justo a Câmara pagar cem mil reais para uma coisa que não existe. Eu estou sendo informado aqui que ele veio aqui duas vezes, mamou cem mil reais. Eu, para contratar advogados aqui para a CPI, nós fazemos um apanhado, nós fazemos licitação. Agora chega, pagou cem mil. Eu estou correndo atrás para a Câmara ser ressarcida ainda, para quem não sabe. Então, dinheiro público, cem mil dá para fazer muitas consultas, muitos remédios aí, eu não concordo com isso. Eu vou indicar outra pessoa, o senhor está no direito do senhor. A Comissão de Ética tem que existir nessa Câmara sim, todos os lugares tem. Para eu finalizar, é isso que eu queria dizer, eu vou indicar essa semana ainda um outro vereador aí”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Alessandro, eu quero te agradecer, ainda que o senhor tenha dito aí e eu entendo a sua colocação, entendo perfeitamente, mas quero te agradecer esse desprendimento do senhor. E quero dizer, vereador, quando o senhor fala não pagar o mal com o mal, esse processo que aconteceu na UPA, mais uma vez eu vou repetir, o cara tocou o portão da



minha casa, caiu no chão e falou assim: ‘me acode que eu estou morrendo’. Eu levei-o na UPA, demorou a ser atendido, eu não agredi ninguém porque não é do meu perfil, quem me conhece sabe que eu não tenho o perfil de brigar com as pessoas, de bater nas pessoas, o senhor lá é muito maior do que eu, eu nunca faria isso. Imediatamente a gente apurou o caso, lá dentro da UPA, o rapaz foi atendido. Olha bem para vocês verem, o Presidente da Casa está abrindo uma Comissão de Ética, que não tem sequer um boletim de ocorrência porque a moça não fez, a funcionária que estava lá, eu conversei com ela, pedi desculpa porque eu me exaltei mesmo com ela, mas não teve sequer um boletim de ocorrência e aí, o Presidente vai e abre uma Comissão de Ética. Eu não estou questionando o poder dele de abrir Comissão de Ética, ele está certo, eu só me estranho muito, eu estar lá tentando socorrer uma pessoa que mais tarde, por ter sido atendida de uma forma não interessante, acabou indo para o hospital e está internado lá até agora, quer dizer, o cara ficou lá, tomou Buscopam na veia e foi para casa, está internado no hospital. Então, o meu papel como vereador, Wilsinho que é da imprensa, povo que está me assistindo aqui, povo que me assiste de casa, o meu papel como vereador não é puxar saco de ninguém não, é defender a população sim e eu tenho certeza que qualquer um dos que estão aqui nessas galerias hoje, que tivesse uma pessoa caída, pedindo socorro, que perdia a cabeça também, que fazia porque a gente precisa disso, a gente precisa de dar atenção ao ser humano, não é um cara que furou o pneu de um carro e eu fui lá brigar por causa do pneu do carro não, eu estou brigando por causa de uma vida. E aí, por isso, estão aproveitando para denegrir a minha imagem, na



internet o cidadão que soltou o áudio nem lá ele estava e aí um que estava no lugar, viu, ele está soltando um áudio para todo lado: ‘olha, não foi bem assim que aconteceu não’. Então, assim, é uma coisa muito triste. Vereador Tiago, quando o senhor fala que precisamos de paz na Casa, o vereador Álvaro fala isso, o vereador Fausto Niquini fala isso com uma frequência assim que eu nunca vi. O povo que está nos assistindo, o povo que nos colocou aqui dentro não espera isso de vereador não, não espera que vereador vai ficar brigando com outro vereador, que vai ficar dando esse show aqui todo santo dia, o povo espera que a gente solucione o problema do asfalto na casa dele, que a gente dê solução”. Senhor Presidente: “seja breve, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou ser breve, que a gente dê solução para as questões de saúde, que a gente dê solução para as questões de iluminação pública. E é isso, Nova Lima que me assiste nesse momento, é isso que eu faço todo dia, quem me conhece sabe que eu faço isso todo santo dia, eu estou trabalhando, a minha função é trabalhar. Chegou lá na UPA, deu um problema, no vocabulário vulgar, deu um BO, deu sim, a moça demorou para atender, eu falei que tinha que atender rápido porque o rapaz estava passando mal, eu pedi a ela que buscasse o médico, ela falou comigo: ‘se o senhor quiser, o senhor entra aí, vai lá dentro e pega’. Aí sim, vereador Alessandro Luiz Bonifácio, ela estava em pé na minha porta, eu pus a mão no ombro dela, assim: ‘não, nós vamos lá, nós dois lá dentro, porque você é funcionária pública’. Aí sem saber de nada, monta uma Comissão de Ética. Parabéns”. Senhor Presidente: “sem saber não, vereador, qualquer denunciante que vier aqui na Câmara, eu tenho que apurar, eu estou nessa presidência aqui é para



isso, doa em quem doer, é a minha obrigação. Não estou criando não, ela está criada, existe aqui na Câmara a Comissão de Ética, não estou criando nada não. Vários vereadores me pediram há tempos para eu criar e eu criei, é a minha obrigação, não estou perseguindo ninguém não. Perseguido foi esse aqui, que montaram aqui e os vereadores ficaram aí, sem quórum, isso que é perseguição, isso é perseguição, se nós não agíssemos, você não estaria aqui talvez, Coxinha. Isso que é perseguição, montaram um circo aqui com cinco vereadores, nós brigando que não existia o quórum e os vereadores ficaram aí, isso que é perseguição. Vou convidar um vereador e vai continuar, não me interessa qual que seja o vereador. Prega-se todo dia aí paz, que paz? Fica apunhalando pelas costas, eu tenho esse... Nem é virtude mais, o homem que falava a verdade cara a cara tinha valor, hoje é o que fica por trás apunhalando, fica me apunhalando o tempo todo. Paz, que paz? Que paz? Tentando atralhar meu serviço aqui o tempo todo, só que eu tenho coragem de falar e dou os nomes, eu não fico falando fulano de tal não, é o prefeito tal, é o vereador tal, é o deputado tal, é por isso que eu não presto, mas vai funcionar, até trinta e um de dezembro, meia noite, vai continuar a Comissão de Ética aqui sim. Vereadores desrespeitando, o senhor me chamou de cachaceiro aqui. Eu sou cachaceiro?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ainda bem, Senhor Presidente, que depois o senhor confirmou que é mesmo”. Senhor Presidente: “não, eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Não, senhor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “está na Ata, está na Ata”. Senhor Presidente: “eu estou com a palavra. Não, eu tomo uma cerveja como todos tomam, o senhor nunca viu



eu botar uma pinga na boca não, nunca tomei uma pinga. O senhor que tem que respeitar, o senhor e outros aí, fica denegrindo nas minhas costas, não, não aceito isso não, não aceito isso não. Eu não sou fingido, amigo meu, amigo meu, abraço, tudo; inimigo meu eu nem cumprimento, eu não sou obrigado a cumprimentar ninguém não, eu fui criado por um tal de José Guedes Barcelos que ele me ensinou isso, eu tenho culpa? Lá atrás, eu tenho culpa? Hoje as coisas viraram, em Nova Lima o errado é que é o certo. Acabou. Vou continuar assim até morrer, não adianta vereador fazer floreada aqui. Querem paz? Dê exemplo. Querem paz, faz bonitinho aqui, chega lá fora faz outra coisa, é traição em cima de traição, estou cansado disso, é fuxico em cima de fuxico, entendeu? A gente cansa. Eu quero o bem estar da cidade, mas não tem jeito de conviver com certos vereadores aqui”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Aatoria do vereador José Guedes: Requer que o município viabilize, com a brevidade que a matéria requer, a instalação de casa para tratamento de dependentes químicos no município de Nova Lima. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento. Gostaria de dizer que, infelizmente, o vereador aqui não é ouvido. Eu tenho um projeto há mais de vinte anos, Nova Lima tem que ter um centro de recuperação de usuários de drogas, outras cidades de menores arrecadações têm. Tem que levar o nosso pessoal aqui, os nossos irmãos, os nossos amigos, os nossos filhos para outra cidade. É um absurdo. Jogaram seis bilhões pelo ralo e não construíram o centro de recuperação, isso é um absurdo. Eu sei o que está acontecendo em Nova Lima, se outros não sabem, não me interessa, porque fecham os olhos. São as mães batendo na



porta o tempo todo: 'eu preciso internar meu filho'. Que dificuldade. Aí vai para Divinópolis, menor arrecadação, vai para cidades menores aí. Espero que o prefeito ponha a mão na consciência e atenda esse requerimento. Eu tenho esse projeto, está lá engavetado tem vinte anos. A droga está acabando com Nova Lima. Aluno matando aula o tempo todo. No nosso tempo, a gente matava aula para jogar bola, para ir nadar na geladinha, lá na Boa Vista. Hoje as coisas mudaram. São denúncias. Eu não sei se as denúncias chegam só a mim, porque eu rodo a cidade vinte e quatro horas por dia, domingo, feriado, eu estou aí no meio do povo. É mãe chorando, é pai chorando. Fala-se muito em combater droga, mas pouco fazem ou não fazem nada. Eu estou com uns projetos aí para prática de esportes, para tirar os meninos das drogas, há tempo ainda, há tempo. A prefeitura tem que investir nisso aí, ocupar o tempo do menino. Acabaram com as escolas integrais, acabaram. Graças a Deus, o Vítor está voltando, já voltou com a maioria, graças a Deus. O menino tem que ficar sob o comando dos pais, da professora, do prefeito, dos vereadores. Eu não gostaria de estar falando certas coisas aqui não. Eu sei o que está acontecendo porque na minha família tem. Lá no Colégio Estadual pegaram o meu sobrinho, aos doze anos, encheram a cabeça dele, já internou umas dez vezes em outra cidade. O pai dele está lutando, a mãe está lutando o tempo todo, não é fácil, gasta-se dinheiro, gasta-se tempo, é uma penúria. Espero que o Vítor atenda esse requerimento meu, que eu nem fiz projeto, que eu já fiz lá atrás. Então, hoje, eu tenho que parabenizar o filho de Telê Santana, o Renê. Está implantando aqui em Nova Lima, implantando não, já implantou um projeto maravilhoso, o município não



gasta nada, os pais não gastam nada, tudo do bom e do melhor. E tem clube amador, Morro Velho, que eu construí aquele campo lá, eu, eu fui em tudo quanto é lugar, eu consegui aquele campo, negou o campo para esse projeto. O Nacional cedeu o seu espaço. Pediram o campo para o Canto do Rio, negou. O prefeito tem que tomar providências aí. Na hora que precisa de a prefeitura para manter os campos limpinhos, com alambrado, que nós vamos conseguir, é a prefeitura. Tem que botar a mão na consciência, um projeto desses, negar. Caçando emprego, caçando dinheiro, se não rolar dinheiro, não tem. Então, hoje foi bom demais esse requerimento meu, para eu explicar o que está acontecendo em Nova Lima. Eu estou há cinquenta e cinco anos... Eu vi Zé Taco jogar lá no Nacional. Acabou nada, é até bom de bola. Então, eu estou no esporte é porque, aos dezesseis anos, eu já era presidente de time de futebol. Agora, quando chega época de eleição, dá uma bola, uma camisa... Deixa de ser bobos esses dirigentes. Eu saio da minha família para ir em reunião de Liga, outro dia eu fui homenageado lá, porque eles reconhecem o meu trabalho. O meu trabalho em esporte é em cima de ajudar as crianças. É um absurdo a gente apresentar um projeto desses e o cara negar o campo. Ele fez alguma coisa lá? Hein? Não. A prefeitura vai recuperar todos os gramados e todos os alambrados. Eu já fiz um requerimento aí para todos. Eu vejo vereador fazendo requerimento, faz, tudo bem. Eu fiz para todos porque não é justo deixar de fazer no Mingu e fazer para os Cristais. Só para finalizar, vão lá e olhem lá, o Poliesportivo dos Cristais, acabaram com tudo. A reforma lá fica em dois milhões e quinhentos. Eu estou pedindo ao prefeito para recuperar aquela piscina lá e a do Villa,



que hoje não é do Villa, é do município, para os idosos também. Nós temos dinheiro para isso, é só saber dirigir a grana que dá e sobra. Não nesse momento, mas daqui uns dois, um ano e meio, nós vamos dar o troco, mostrar esse pessoal como que é dirigir uma cidade, como administrar uma cidade, nós vamos mostrar. Eu acredito no Vítor, nós vamos mostrar. Botar as piscinas térmicas para os velhinhos lá. Como que vai fazer um preparo físico em uma piscina com água gelada? Nós temos que cuidar das crianças, é nossa obrigação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, um aparte?”. Senhor Presidente: “eu já falei demais, é estressante ser vereador que trabalha, que corre atrás é estressante em Nova Lima. Apesar que tem uns cabeças de bagre aí que fala que vereador não faz nada. Procura saber. Com a palavra, o vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “voltando ao tema principal do requerimento de Vossa Excelência, chegou aqui ao meu conhecimento um ofício encaminhado pelos cuidadores e auxiliares dos abrigos de Nova Lima, um ofício encaminhado ao Ministério Público, solicitando providências por parte da secretaria, consequentemente por parte da prefeitura sobre a situação precária que vêm trabalhando nos abrigos e solicitando o agendamento de uma reunião com o secretário no prazo de três dias, caso contrário, eles irão paralisar as atividades. Isso vai acontecer amanhã. Então, é um problema a questão do abrigo para aquelas pessoas que hoje, já até por questão de saúde, são dependentes químicos, mas se a gente não olhar por essa questão também dos abrigos da cidade, se a gente não se atentar para isso, em um futuro muito próximo, provavelmente, essas crianças sem o devido cuidado, terão o mesmo fim, o



mesmo futuro. Então, eu solicito, Presidente, se o senhor me permitir, que seja levada essa atenção aos cuidados da Secretaria de Desenvolvimento Social para não deixar isso acontecer e que fosse dada a devida relevância à solicitação, já que, por exemplo, na última reunião plenária, eu apresentei aqui um requerimento sobre a situação de servidoras da UPA e foi apequenado o meu requerimento, dizendo que eram duas pessoas que se encontravam naquela situação, quando, na verdade, são mais de sessenta. Então, eu solicito a Vossa Excelência que nos auxilie nessa solicitação”. Senhor Presidente: “sugerir ao vereador Álvaro que faça um requerimento verbal em nome da Casa, todos os vereadores, porque aí fica uma coisa oficial. Em votação o requerimento. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Oito votos favoráveis. Próximo requerimento, vereador José Guedes”. 2) Autoria do vereador José Guedes: Requer que o município diligencie junto ao empresário João Wellington para apoiar a tradicional Festa do Cavalo. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento. O nova-limense não tem que somente trabalhar. A Festa do Cavalo é uma festa tradicional, tentaram acabar com a festa. Está na justiça também. Um ex-prefeito aí, numa Festa do Cavalo, ele desviou novecentos mil. Eu fui ao Ministério Público, teve que devolver. Depois, em uma festa em que vieram cinquenta e cinco mil pessoas, em quatro dias, em nossa cidade, arrecadou três milhões e trezentos, falaram que mandaram o dinheiro para o Ana Nascimento. Mentira. Eu corri atrás, mandaram só trezentos, os três milhões sumiram e a prefeitura pagou a festa. Está na justiça também. Uma já devolveu, eu espero que devolva... É tanto desmando que você fica doido, mas a justiça está agindo. É muita



coisa para a justiça, está agindo. A primeira Festa do Cavalo fui eu que doe a cerca de arame farpado com os mourões, porque eu gosto de festa também. Trabalho muito, mas eu gosto de festa. E hoje realizando uma festa que seja bancada, a minha sugestão é essa, pelo empresário, que ele topa fazer isso e a prefeitura faça a ligação de luz, os banheiros químicos, coisa simples, e que ele banque o resto, o João Wellington, ele banque a festa. Então, acabaram porque quando a fiscalização bateu em cima, não ia correr dinheiro. Nova Lima é uma terra difícil. Então, pedir ao prefeito, entrar em contato porque essa festa tradicional não pode acabar, não pode. É carnaval. Trabalha trezentos e sessenta e cinco dias por ano, tem que ter uma festa. E outras festas também eu sou favorável. A prefeitura arrecada bem, mas gasta muito mais, para o vereador que acompanha as finanças da prefeitura, arrecada bem sim, mas deixaram um buraco aí que é difícil. Então, é isso aí que eu queria dizer, pedi ao Vítor que realizasse, lutasse para que desse continuidade, não só nesse ano, que a Festa do Cavalo não acabasse. Esse é o meu requerimento. Continua em discussão. Em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Sete votos favoráveis. Próximo requerimento, vereador Álvaro Azevedo". 3) Aatoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal melhorias nas condições de acessibilidade para os cadeirantes e portadores de deficiência física, na entrada lateral da Policlínica Municipal Dr. Sebastião Fabiano Dias, localizada na Travessa do Córrego, Centro. Aprovado, oito votos. 4) Aatoria do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Senhor Presidente seja enviada moção de pesar à família enlutada do senhor José Onofre Mota



Filho. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu acho que é desnecessário aqui falar de José Onofre, uma pessoa que viveu uma vida toda baseada na política, respeitando as pessoas e que foi embora acredito que de uma forma precoce. Então, é uma homenagem que eu sugiro aí, eu penso que isso tem muito mais a ver com a família que fica, quando você faz uma moção de pesar. E eu convido os vereadores que quiserem assinar juntos, está disponibilizado”. Senhor Presidente: “continua em discussão, em votação...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu queria pedir ao vereador se eu posso... Obrigado, vereador. Ele deixou eu assinar com ele”. Senhor Presidente: “oito favoráveis. O requerimento sairá em nome do vereador Silvânio e do vereador Coxinha. Próximo requerimento, Álvaro Azevedo. Vou pedir licença um minutinho, o senhor podia assumir a Presidência”. 5) Autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que este, junto ao setor competente, esclareça sobre os motivos do descumprimento do disposto no § 4º do art. 9 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo texto ora reproduzo: Art. 9º... (...) § 4º. Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. Senhor Presidente: “assumirei a Presidência. Em discussão o requerimento do vereador Álvaro”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vou me abster”. Vereador Wesley de



Jesus Silva: “deixe só eu entender aqui, vereador que fez o requerimento, na verdade, Vossa Excelência está pedindo uma audiência pública para discutir o primeiro quadrimestre...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “na verdade... Posso?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “fica à vontade, vereador”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “na verdade, é que conforme o parágrafo quarto, preconiza que a prefeitura, ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro, deve prestar conta em audiência pública, na Comissão de Orçamento, sobre os gastos e receitas, para acompanhar o cumprimento do orçamento, fato esse que ano passado não ocorreu e que está prestes a findar mais um período que ela deve realizar. Estou solicitando então a explicação, porque não ocorreu no ano passado e já mostrando que no final do mês de maio deve ocorrer uma audiência pública”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou me abster também, Presidente”. Senhor Presidente: “continua em discussão, em votação...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ou seja...”. Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só, Presidente, para...”. Senhor Presidente: “o vereador Álvaro está pedindo...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para justificar, ou seja, estamos cumprindo com a nossa obrigação de fiscalizar o Executivo, nada mais do que isso”. Senhor Presidente: “com duas abstenções, seis votos favoráveis. Próximo requerimento, vereador José Carlos, Boi”. 6) Aatoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, com intuito de atender à demanda da população da cidade de Nova Lima, que sejam



realizadas troca de lâmpadas da iluminação pública da BR 040, no trecho entre o Viaduto da Mutuca e o Alphaville, bem como na BR 356, também na região do Alphaville. Aprovado, oito votos. 7) Aatoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer à Mesa desta Augusta Casa Legislativa encaminhe moção de congratulações e aplausos à Prefeitura Municipal de Nova Lima, na pessoa do Exmo. Sr. Prefeito Vítor Penido de Barros, pelas obras que estão sendo realizadas na Regional Noroeste. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “parabéns, vereador”. Vereador José Carlos de Oliveira: “obrigado”. Aprovado, oito votos. 8) Aatoria do vereador Ederson Sebastião Pinto: Requer ao Poder Executivo que realize a tapagem de uma cratera que se abriu na esquina das Ruas Jequitinhonha com São Francisco, próximo ao número 172, no Bairro Nossa Senhora de Fátima. Aprovado, oito votos. 9) Aatoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer a esta respeitosa Casa envie moção de aplausos ao Padre Célio Domingos Xavier pelos seus vinte e cinco anos de sacerdócio. Aprovado, oito votos. Senhor Presidente: “o requerimento verbal do vereador Álvaro sairá em nome da Casa”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é só então lembrando aqui o fato, é a solicitação dos cuidadores e auxiliares dos abrigos de Nova Lima que solicitam providências por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social para que se atente às situações do trabalho de cada um deles nesses abrigos. E eles solicitaram, através de ofício ao Ministério Público, que fosse agendada uma reunião até a data de amanhã, caso contrário, iriam paralisar as atividades. Portanto, sugiro que saia em nome da Casa para que a Secretaria se atente e reúna esses servidores para, enfim, resolver e



solucionar essa situação”. Em discussão, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu não quero que ponha o meu nome não. O meu voto é contra”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Eu quero cumprimentar o vereador Álvaro. Eu já tive a oportunidade de trabalhar na Secretaria de Desenvolvimento Social, há anos atrás, e quem já esteve perto desse tipo de trabalho entende o que esses cuidadores estão passando, realmente é uma dificuldade muito grande, eles correm perigo em muitos casos. Então, eu penso que você ter uma possibilidade de ouvi-los e tentar, de alguma forma, mitigar os problemas que eles têm, é uma atitude que tem que ser da Casa. Então, parabéns, vou votar com o senhor, respeitando os demais votos”. Senhor Presidente: “continua em discussão. Eu vou solicitar à secretária Rúbia que envie hoje ainda esse requerimento à prefeitura para, quem sabe, a prefeitura entrar em entendimento para não ter a paralisação, é somente isso aí. Eu pediria à Rúbia, eu vou assinar hoje ainda e enviar para a prefeitura, para a secretaria competente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, justificativa de voto”. Senhor Presidente: “justificativa de voto contrário”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “só porque eu sei do excelente trabalho do Secretário Diego Garzon, faz um trabalho muito excelente. Tenho certeza que ele já está tomando as preocupações e sei que não está nesse ponto não. Eu, que faço trabalho social, onde eu visito várias ONG’s, visito as casas, mas não está nesse ponto não. É pena que um fala uma coisa, o vereador Álvaro está certíssimo, porque ele recebeu no celular dele, mas um fala uma coisa, aumenta, aquele trem todo. E hoje, graças a Deus, eu fico feliz de ver como que o social de Nova



Lima muito bem representado pelo Diego Garzon. A educação e a saúde está em esfera lá em cima nas pesquisas. Então, essa é minha justificativa de voto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me dá um aparte?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sim”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, apesar de votar a favor do requerimento, eu também quero ressaltar o trabalho do Diego. Realmente o Diego tem feito um trabalho assim, bem de pertinho, pelo menos a mim, enquanto vereador, ele sempre me atendeu de uma forma muito cortês e mais do que atendeu, eu já falei isso em outras reuniões aqui, mais do que atender e, às vezes o não é uma resposta também, ele já me deu alguns não, mas me atende, justifica suas negativas de uma forma técnica, que a gente compreende. Nesse caso específico, eu compreendo o vereador Álvaro e vou votar com ele porque realmente, vereador...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor me dá um aparte?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu não sei se posso”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “claro que pode”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é só para esclarecer um fato, eu não citei o nome de Diego aqui. Eu não tenho nada contra, muito pelo contrário, vários pontos a favor, eu sou fã da família dele, eu não tenho dificuldade nenhuma com o Diego, acredito que ele também não deva ter comigo. Eu não estou criticando, fazendo uma crítica direta ao trabalho dele não, estou colocando uma demanda que chegou para mim e estou solicitando reunião, acabou. Qual é a dificuldade? Só isso”. Senhor Presidente: “eu queria dizer que...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu estou com a palavra”. Senhor Presidente: “eu até



sugeri...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “só concluir, Presidente. Quando fala aqui que as portas vão fechar, eu tenho que citar o secretário e citar o prefeito, porque o prefeito está preocupado e o secretário também, porque o Diego que é o responsável, entendeu, vereador? Que é responsável por essas casas lá. Por isso que eu citei o Diego e sei da preocupação dele, é um excelente profissional. Falei ontem lá no gabinete do prefeito: ‘Vitor hoje está com excelentes secretários’. Citei do secretário Ronaldo, citei do secretário Roberto Rabelo que vem fazendo um grande trabalho na área do esporte. E citei desse Diego Garzon, porque hoje está... O Tribunal de Contas, várias associações, várias casas lá, achando que é fácil agora chegar e receber dinheiro, que era igual antigamente. Hoje não, tem Tribunal de Contas, tem Ministério Público e está na cola. Vai ter entidade aí, com todo o respeito, que vai ter que devolver dinheiro. E não é culpa de Diego Garzon, não é culpa do prefeito. Então, só resumindo. Amanhã eu vou estar lá na TV Banqueta, amanhã, às vinte horas, TV em Foco, com o Diego e eu, vamos estar lá com os projetos sociais, e vou relatar isso. Então, quando fala que as casas estão quase fechando, acham que o prefeito não está nem aí, acham que o secretário não está nem sabendo e, coitado, ele está lá dedicando, lutando, correndo atrás”. Senhor Presidente: “eu queria... Álvaro, eu sugeri... Esse requerimento do Álvaro é exatamente para o secretário conferir se realmente... Até pedi para mandar para o secretário hoje. É exatamente para ele verificar se realmente está acontecendo isso. Aqui ninguém está falando de secretário. Quem dera que o Vitor tivesse todos os secretários do porte do Diego, uma pessoa íntegra, uma pessoa trabalhadora, que corre atrás. Não só ele, não é?”



Não vou ficar citando nome aqui, a prefeitura tem uma meia dúzia de secretários que estão de parabéns. Então, aqui não se trata de secretaria tal, se trata para verificar se vai ter realmente essa paralisação, para dialogar, para não haver a paralisação. Eu tenho certeza que ele recebendo, ele vai verificar. É um direito do vereador, eu que sugeri. Com voto contra do vereador Alessandro Bonifácio”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “sete favoráveis”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “pela ordem, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “pela ordem. Já foi votado, sete a um. Com a palavra o vereador doutor Fausto Niquini”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu só queria justificar o voto e parabenizar, já que o nome dele foi citado, o Secretário Diego Garzon. E fico muito feliz por saber que ele está classificado como um dos melhores secretários do atual governo e que é indicação minha, não é? Muito obrigado. Eu tenho dois verbais, posso fazer?”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Fausto Niquini”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “o primeiro, que o Poder Executivo informe, através de sua secretaria competente, sobre a paralisação das obras do poliesportivo ao lado do pátio de apreensão, ali no Barbosa Pena, e qual a previsão da retomada das obras. Isso, Wilson Coutinho. Muito bem, Coxinha, obrigado. E o segundo, Senhor Presidente...”. Senhor Presidente: “vamos votar o primeiro. Eu também tenho indagado à prefeitura, ali é verba federal, é um absurdo o que acontece em Nova Lima, gastam-se milhões, aquele ginásio não tem as medidas oficiais, gastaram dinheiro a rodo ali e está paralisado. Está de parabéns. Continua em discussão, em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como



estão. Oito votos favoráveis. Próximo requerimento, vereador Fausto Niquini”.

Vereador Fausto Niquini Ferreira: “o segundo, Senhor Presidente, é que o Poder Executivo providencie, através de sua secretaria competente, a manutenção e troca das lâmpadas lá na Rua da Mata, Vila da Serra, são dois quarteirões, do número um ao número duzentos e cinquenta. Dos seis postes existentes lá, cinco postes estão com as lâmpadas queimadas. Então, a população lá clama por segurança e que seja providenciada essa troca imediatamente. Muito obrigado”. Aprovado, oito votos.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “primeiro eu quero ressaltar que o trabalho do Diego Garzon é de saltar aos olhos, com muita capacidade, com muita competência na cidade, tem conduzido a secretaria com muita competência. Mas eu recebi uma ligação essa semana, de Veloz, todo mundo conhece Veloz, ex-presidente do Sindicato, e ele mandou um vídeo retratando uma situação que eu tenho visto na cidade. Já se passou um ano e meio de governo do Vítor, nós estamos aí... Eu sei que hoje nós temos uma legislação um pouco mais dura, mas a situação hoje das pessoas que ficam na praça, tanto aqui, quanto a Praça do Bonfim, que as pessoas de Nova Lima têm apelidado de ‘ariranha’, não pode continuar mais do jeito que está. Olha, eles colocaram barraca, eles colocaram fogão, eu vou usar o linguajar popular, eles estão cagando em lata, em público. Uma coisa é você ter direito de permanecer no espaço público, outra coisa é você acampar uma barraca no espaço público. Então, o meu requerimento é no sentido de que a Secretaria de Desenvolvimento Social, de Defesa Social, junto com a



Secretaria de Segurança, faça uma atividade no intuito de coibir a prática do que vem acontecendo nessas praças públicas. Vou ressaltar mais, o direito de um não pode sobrepor ao direito de outro. Ontem eu estava na praça e eu vi uma senhora sendo abordada, por uma das pessoas que ali estava, de uma forma muito agressiva, pedindo para ela dinheiro. Então, ah, está bom, nós estamos resguardando aqui o direito da pessoa de ficar em espaço público sim. E o direito da outra de ter segurança? E o direito da outra de não ser incomodada por um transeunte? Então, que a gente venha sopesar novamente, venha pesar, colocar na balança esses princípios, colocar na balança que direito está sendo infringido nesse momento, para que a gente possa solucionar esses casos, principalmente do que se diz vulgo ‘ariranha’ na cidade. Não tem como continuar do jeito que está. Que eu sei que não é para tirar, eu sei que não pode chegar e simplesmente tocar as pessoas, mas que elas venham a agir, então, com cordialidade e que venha ter medidas mais drásticas, no intuito de ajudar no tratamento, porque muitos que estão ali são pessoas que estão precisando de um tratamento psiquiátrico, estão precisando de um acompanhamento. E eu venho fazer esse requerimento para que o governo possa tomar medidas mais severas quanto ao que vem acontecendo nas praças, principalmente a praça principal e a Praça do Bonfim”. Senhor Presidente: “em discussão. Eu gostaria de usar da palavra, dizer que a batalha desse vereador aqui tem vinte anos. Tem motivos de sobra para a prefeitura retirar esse pessoal aí. Chega. Não é só aqui não, nos bairros. Aqui é porque está na praça, ali no Bonfim, está à vista de todo mundo. Vai lá na Chácara dos Cristais, tomaram conta da praça. Vai lá no Retiro. Se



eles não dão respeito, se eles não comportam, falar uma coisa pesada aqui: ação policial. Chega. Como que a prefeitura, naquele evento dos Estados Unidos que teve aí, a maior começão de dinheiro, retirou esse pessoal trinta dias? Se pode retirar trinta dias, pode retirar trinta anos. Eu sou revoltado com isso, já conversei com o Diego. O Diego fala que as leis são pesadas, que não pode. Olha lá, é um fogareiro que está aceso lá? Eu acho que é. É uma sirene, está parecendo um fogareiro na praça. Eu sou abordado aí, ontem mesmo eu fui abordado aqui, cara. Os caras chegam de qualquer jeito, até assustam a gente. Será que é um ladrão que está chegando? Pedindo dois reais. É um absurdo o que está acontecendo em Nova Lima, não respeitam os idosos que usavam ali. Não vou citar nomes não. Até falei com a filha de um que ficava muito na praça aí, é minha amiga, eu falei: ‘não deixa o seu pai sentar ali não. Não é um lugar adequado. Não deixa seu pai ali não’. Ficava ali, o dia inteiro, passando as suas tardes ali, de manhã, conversando. Olha se tem alguma pessoa do bem ali. Não tem. Não vê nenhum ali. Exatamente por causa de meia dúzia? Eu acho que eu não servia... Servia não, eu não sirvo para ter poder. O meu poder aqui é restrito, eu não sirvo”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “o senhor me dá um aparte, vereador?”. Senhor Presidente: “porque eu ia... Eu não sei não, eu não sei fazer média, então... Eu não estou falando mal de Diego aqui não. Já foi lá, conversou, fez tudo para retirar essas pessoas. Lá no Bonfim, eles estão fazendo fezes, urinando, com as pessoas passando. Chega. Fazendo sexo aí, botaram até colchão. Chega. A prefeitura tem que tomar providências. Lá em Sabará deram um jeito, vai lá e copia. Itabirito, copia: ‘por que vocês conseguiram?’. Lafaiete.



Eu acompanho. Tem hora que eu fico até meio desanimado. Esse assunto aqui foi até benéfico ele vir à tona, para a gente explicar. Não sei como tem que fazer, a prefeitura tem que se virar”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “o senhor me dá um aparte, vereador?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte ao vereador”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “muito bem tratado esse assunto aqui hoje. Senhor Presidente, nós sabemos que isso não é um problema só de Nova Lima. Ontem mesmo, eu, por acaso, estive lá na Rio Grande do Sul, em BH, e realmente eles acamparam ali, tem ali, eu contei mais de vinte abrigos na Rua Rio Grande do Sul. Tivemos esse problema agora em São Paulo, as invasões dos prédios públicos. É um problema seríssimo, a maioria deles são alcoólatras, a gente sabe que alcoolismo é doença, você tem que ter um tratamento desde psicológico até médico. E não adianta, Senhor Presidente, enquanto não houver um local em que possam ser levadas essas pessoas, não adianta. A maioria deles, se o senhor perguntar ali, eles não querem sair dali. Então, precisa empenhar, sei lá, eu acho que todas as secretarias estão envolvidas nisso, é uma questão de segurança pública também. Eu lembro muito bem o primeiro dia que o Diego Garzon assumiu a secretaria, o Vítor falou com ele: ‘Diego, primeira missão sua, resgatar esses moradores de rua’. Então, nós já vamos para mais de um ano de governo, ainda não conseguiu. Quando a gente conversa com ele, realmente, como o senhor disse muito bem, não é só pegá-los e tirá-los daí não, é uma infraestrutura que tem que ser montada para realmente resgatar a dignidade da vontade de viver dessas pessoas, viver dignamente. E quando você relatou que, às vezes, eles têm a tendência até de agredir as pessoas, querendo



dinheiro, é a abstinência, quando está em abstinência alcoólica, é capaz de fazer coisas que a gente duvida, não só alcoólica como de drogas. Então, eu tenho certeza que o Diego Garzon tem se empenhado muito nesse trabalho e vamos aguardar uma urgência para que realmente... E nós já temos observado em vários pontos da cidade, não é, Presidente? O senhor também falou lá dos Cristais, rodoviária, na praça principal dos três poderes. Então, vamos aguardar uma atenção especial pelo Poder Executivo. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “todo prefeito que entra, de vinte anos para cá, o primeiro pedido meu é isso aí, as pessoas apelidaram de ‘ariranhas’. A prefeitura já fez tudo, já foram lá, conversaram, psicólogo, médico, os capetas; eles não obedecem. Chega. A prefeitura tem que tomar providência. Oh, queridos, não sei o que, médico, nós vamos arrumar um abrigo para você. Não querem. Chega. Nós não podemos nos curvar por causa de meia dúzia que está prejudicando uma cidade não. Eu continuo batendo nisso, tem meio sim, tem que ter meios, como é que em outra cidade tem? Eu citei três cidades aqui, agiram. Não estou falando mal de secretário nenhum aqui não, porque eu sei que ele foi lá, conversou, parece que resgataram um. Eu, no passado, encaminhei um, até pagava um salariozinho para ele, para ajudá-lo, três meses, não quer trabalhar também não. Coxinha também resgatou um, colocou lá no sítio, estava roubando do Coxinha lá. O que eles querem? Chega, cara. A Câmara já fez uns dez requerimentos, já conversamos. Não sei, eu não vou ficar falando não, que ainda vão me interpretar mal”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Fausto Niquini”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “às vezes, eu



paro e fico a pensar, eu acho que a base de tudo isso, o que falta realmente é a educação. Que hoje nós temos várias clínicas que fazem tratamento de dependência química, eu sei de vários moradores de Nova Lima, eu mesmo já me empenhei para resgatar vários desses moradores e, simplesmente, Senhor Presidente, eles não querem. E hoje, a maioria dessas clínicas não pode levar, vamos chamar de paciente, obrigado, ele não pode chegar lá amarrado, então tem que ser por livre e espontânea vontade; nem que a família queira, na maioria das vezes, eles não podem ser levados obrigatoriamente. Então, fica difícil. Eu acho que aí vai toda aquela estrutura, educação, esporte, lazer, que hoje em nossa cidade falta, nós não temos um centro de entretenimento hoje. Qual é a diversão hoje da nossa juventude? Ir para a Savassinha? Entendeu? Então, tudo isso envolve, é um futebol amador que tem que ser estimulado, tem que ser incentivado, são práticas de esportes. Agora, pelo menos, já temos a volta das escolas de período integral. Então, eu acho que tudo é formação, é a base. Ok?”. Senhor Presidente: “vamos só relembrar que quando, no passado, houve interesse da prefeitura, eles retiraram esse pessoal aí, não sei como, se foi à força, se foi com o poder de polícia, trinta dias. Volto a repetir: se tiraram trinta dias, pode tirar trinta anos, tirar um dia. Como conseguiram? Porque houve interesse. Então, não estou aqui criticando ninguém, a prefeitura de Nova Lima tem que dar um jeito nisso. Antes eram três locais, hoje são mais de vinte. Então, o errado vai continuar. Se esperar educação nesse país, esperar isso e aquilo, eles vão continuar aí mais duzentos anos. Se for exigir encaminhar a juventude para o bem, vai demorar trinta anos. O negócio não é do dia para a noite não,



nem da noite para o dia. Então, eu continuo batendo na tecla: a prefeitura tem que agir, não sei como. É um problema violento, não é só isso não, tem coisa aqui que eu não posso revelar, cara, não posso revelar não, mas eu falo no pé do ouvido do prefeito. Na praça também tem outra coisa errada, que eu não concordo, prejudica uma cidade toda; bato, bato, bato trinta anos, Nova Lima hoje não tem meia dúzia de carro não, rapaz. Com a palavra o vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: “só para lembrar, nós caminhamos para três horas de reunião, o senhor deve solicitar autorização plenária para continuarmos ou não a sessão”. Senhor Presidente: “então, terminando, pedir ao Plenário, os vereadores que concordam com a proposta do vereador permaneçam como estão. Aprovada, oito votos. Dizer que na Câmara aqui o pau quebra, três horas de reunião e nós estamos aí firmes. E ainda falam que vereador não trabalha. Olha quantas coisas nós debatemos aqui, mostrando o certo e o errado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu só queria ressaltar que foi bem pontuado pelo vereador Fausto, que a prefeitura hoje ofereceu emprego para todos ali na Israel, hoje a empresa de limpeza pública, não teve adesão; a prefeitura já ofereceu tratamento no CAPS, não teve adesão. Fizeram esse final de semana um envolvimento no intuito de cortar cabelo, dar roupa, uma série de coisas, uma das pessoas que fez barba e cabelo falou o seguinte, apresentaram para ele um espelho e falaram para ele: ‘o senhor gostou?’. Ele falou: ‘eu preferia como era antes’. Então, assim, nós já fizemos tudo que era para ser feito. Nós não podemos agora, como eu bem



ressaltei, é continuar deixando eles intimidarem a população, deixando ocuparem espaço público de forma indevida, nós não podemos permitir isso mais. O nosso período para tentar solucionar de outras formas passou. Agora, nós temos que solucionar em prol do outro cidadão, é o que eu penso nesse sentido”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu tenho um requerimento verbal”. Senhor Presidente: “requerimento verbal do vereador Silvânio”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não votou”. Senhor Presidente: “vou votar, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “antes de passar, eu posso só fazer um pedido, aí é um pedido interno aqui para a Comissão de Meio Ambiente, da qual fazem parte o vereador Fausto e o vereador Coxinha. Eu tenho recebido inúmeras deliberações normativas aqui do Codema, não só o Codema, como vários outros conselhos de Nova Lima. Ontem eu recebi os caçambeiros aqui no gabinete e eles falavam sobre a deliberação, várias páginas criando normas. Eu só gostaria de pedir ao Presidente que convocasse uma reunião para a gente poder discutir isso aqui, porque o Codema, volto a ressaltar a importância desses conselhos, no intuito de fazer com que a sociedade civil participe de decisões envolvendo a cidade, tem funções deliberativas e consultivas inclusive, eu sei da importância, acho que nós temos que dar mérito para os conselhos, mas os conselhos não podem adentrar na competência legislativa dessa Casa, quem faz leis é o Poder Legislativo. Então, que a comissão possa fazer uma análise mais aprofundada de todos esses atos que estão sendo impostos, porque a função deliberativa do conselho tem as



suas limitações legais e cabe a essa Casa legislar sobre qualquer assunto de interesse do município. Então, faço aí o requerimento aos presidentes das comissões para que a gente fique atento a isso e não venhamos criar poderes paralelos para fazer legislações que são impostas ao cidadão nova-limense”. Senhor Presidente: “eu já solicitei da doutora, ela vai marcar. Próximo requerimento”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero aqui, seguindo o exemplo do vereador Fausto, pedir iluminação também. Eu tenho feito isso com uma frequência muito grande, quase todas as reuniões, eu tenho pedido reparo em iluminações. Dessa vez eu quero pedir reparo na iluminação da Rua José de Oliveira, próximo ao Trevo da Copasa, depois do final da obra ali, praticamente todas as lâmpadas dos postes estão queimadas. Quem trabalha ali à noite, que às vezes pega o serviço muito cedo, tem que pegar ônibus, sai de casa e se depara com aquela situação horrível ali, numa rua que é meio que deserta, estão todas as luzes queimadas. Mas a gente vem para o centro e tem também a mesma coisa, a rua que dá acesso ao Hospital Nossa Senhora de Lourdes também, que é um local visado ali por ser retirado, apesar de estar tão no centro da cidade, você não tem uma habitação ali por perto, e as luzes também estão queimadas. Então, eu queria solicitar da administração municipal uma atenção especial nesses casos, sem esquecer dos outros casos: da Boa Vista e de outras regiões que a gente tem pedido aqui com uma frequência muito grande. Esta é a minha solicitação, Senhor Presidente”. Aprovado, oito votos”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “tenho um verbal, Presidente”. Senhor Presidente: “próximo requerimento, vereador Kim do Gás”. Vereador Ederson



Sebastião Pinto: “gostaria de pedir ao Poder Executivo, que na verdade, o asfalto que está lá no Bairro Bela Fama está um tapete e eu vi que tem muitas pessoas que estão com o pé pesadinho, até eu mesmo, está um tapete mesmo. Eu gostaria de pedir ao Poder Executivo que instalasse uns dois ou três quebra-molas na Rua José de Oliveira, porque é que nem eu estou falando com o senhor, Presidente, o asfalto está um tapete, o pessoal está pisando com força e tem muitas crianças atravessando lá, que esses dias eu fiquei até bobo com um rapaz numa caminhonete, ele desceu, mas ele desceu chutado. Então, eu gostaria de pedir ao Poder Executivo que instalasse uns dois, três quebra-molas, por favor. Obrigado”. Aprovado, oito votos. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, não é requerimento, mas eu quero fazer uso da fala como líder do Solidariedade”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu tenho um verbal”. Senhor Presidente: “primeiro o verbal, depois o senhor pode usar da palavra”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o meu requerimento é uma moção de aplausos a toda Diretoria do Sindicato dos Mineiros dos Trabalhadores pelo esse último dia primeiro de maio, a festa do Trabalhador foi muito boa para os trabalhadores. Quero aqui mandar uma moção de aplausos para toda a Diretoria, especialmente para o Presidente Marcelino Edwirges”. Aprovado, oito votos. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero só fazer o uso da fala aqui para... Eu vi que nenhum vereador hoje trouxe o assunto dos sinais de trânsito ali no Bonfim e infelizmente... Aliás, alguém falou sim. É, foi Zé Guedes. Infelizmente, nós tivemos uma morte lá. Eu protagonizei uma discussão



muito desagradável no passado com a Secretaria de Segurança, Trânsito e Transportes, ainda na administração do Cassinho, em que a pessoa que era responsável dizia que para consertar aqueles sinais ficaria algo em torno de cento e vinte mil reais e que a Secretaria não tinha conseguido fazer uma licitação suficiente para resolver aquele problema. Pois bem, a gente esperava que a administração nova assumindo, que ela ia ser sensível a esse assunto e que pudesse resolver isso; não resolveu. Infelizmente tivemos a perda de uma vida ali, independentemente se o cara estava certo, se estava errado, se tinha bebido, se não tinha bebido, independente do que a pessoa fez, o que é certo é que, infelizmente, ele morreu. Ainda que a gente saiba que aqui nesta Casa são poucos os vereadores que não pediram reparo naquela situação ali. Eu lembro muito bem do senhor fazendo inclusive pedido de uma intervenção para fazer uma rotatória naquele local. Eu pedindo várias vezes para se, já que ali, eu frisei isso à época, já que ali tem um sinal de trânsito e existe uma legislação específica para o trânsito e o sinal não está funcionando, que a prefeitura pudesse colocar alguém para sinalizar a área, no mínimo, até resolver o problema. A gente não foi ouvido e deu no que deu. Então, fica aqui só mesmo, enquanto o líder do Solidariedade, falando aqui em nome do partido, o nosso descontentamento com relação a esse cuidado, não só com aquele sinal, mas a gente vê toda a situação de sinalização estratigráfica do município todinha. Perto da minha casa teve um acidente esses dias, porque? Colocaram um quebra-molas lá e uma placa em cima do quebra-molas dizendo que tinha quebra-molas, só que como ele é muito novo, não pintaram o quebra-molas, o pessoal não está acostumado com isso. Na



Bela fama eu vi isso, a mesma coisa, lógico que não deu acidente, graças a Deus, mas colocaram o quebra-molas lá e não tem sinalização. A gente está falando de trânsito o tempo todo e, aliás, nós estamos no mês que se comemora o 'Maio Amarelo', que se comemora a educação no trânsito e, infelizmente, a cidade está deixando a desejar com relação a essa questão de sinalização da cidade, da sinalização vertical, da sinalização horizontal e principalmente daquela sinalização do Bonfim ali, que precisa ser revista antes que a gente tenha a perda de outras vidas naquele local. Senhor Presidente, eu falei fora do requerimento, mas agradeço a oportunidade que o senhor me deu da fala".

Vereador Wesley de Jesus Silva: "um aparte, vereador?". Senhor Presidente: "eu gostaria de fazer um relatório". Vereador Silvânio Aguiar Silva: "aparte concedido".

Vereador Wesley de Jesus Silva: "só um minutinho, vereador". Senhor Presidente: "ok". Vereador Wesley de Jesus Silva: "eu gostaria de ressaltar que tem coisa que não pode ficar para amanhã. Nós fizemos uma reunião com alguns responsáveis aqui e eles falaram que estão fazendo um estudo para ver o que seria melhor ali, se seria sinal de trânsito, se seria quebra-molas como foi sugerido, uma série de coisas. Nós já perdemos uma vida. Se amanhã morre uma criança ou morre uma idosa, a culpa não é do Executivo, mas acaba sendo pela omissão de muitas coisas. Então, nós precisamos e aí eu rogo ao Secretário de Segurança que instale um quebra-molas ali, como foi requerido e sugerido pelo Presidente na reunião, até que se resolva o que fazer com a situação, porque a situação ali realmente é drástica, as pessoas não conseguem passar, o pedestre não consegue passar. A gente tem um sério problema em Nova Lima de educação no



trânsito, o motorista de Nova Lima não é um dos mais educados no trânsito, não dá tanta atenção para o pedestre. Então, nós precisamos tomar providências urgentes naquilo ali. E eu falo como motorista de Nova Lima que sou também, que às vezes a gente não tem muita paciência de esperar e quer chegar rápido no lugar. Então, além de conscientização, nós precisamos de uma intervenção urgente naquele sinal ali. Faço coro às palavras do vereador Silvânio”. Senhor Presidente: “bem, eu quero dizer que eu conheço bem aquela situação ali. Eu sou contra o semáforo, foram feitos estudos e o semáforo não funciona. Eles botaram semáforo ali, a fila de carros vai lá no Acadêmico, lá no Cascalho, não funciona. Levei o secretário lá, sugeri que colocasse quatro quebra-molas ali e colocasse uma rotatória, acabou. Coloca um quebra-molas, mas aqueles quebra-molas bem altinhos mesmo, não é esse rasteirinho não, bem alto para coibir o que está acontecendo ali. Tenho certeza absoluta que se colocasse quebra-molas vai dar chance para o pedestre, o pedestre ali não tem chance não. Levei, ficou de estudar, mas tem certas coisas que tem que agilizar. Ele me prometeu que ia fazer rápido e eu mostrei para ele que o semáforo ali não funciona, nós ficamos lá meia hora. Antes, quando tinha o semáforo, descendo a avenida sentido campo do Villa, vocês viram o inferno. Bonfim, um inferno. Hoje Nova Lima não tem meia dúzia de carros, é carro para tudo quanto é lado, então, mudou-se. Nova Lima era uma cidade tranquila há trinta nos, quarenta anos atrás, hoje o trânsito aqui é infernal. E vou deixar aqui um desabafo contra a maioria dos motoqueiros, é um inferno o que esses caras estão fazendo aqui em Nova Lima, não respeitam, não são todos não, mas é um número muito grande, não respeitam trânsito,



não respeitam carro, batem no retrovisor dos carros, dão banana, xingam, é alta velocidade. Verifica aqui, quando passar um motoqueiro aqui. Saem cortando os carros. Então, eles também têm que fazer a parte deles. Não adianta o município só, a Câmara só, o usuário tem que fazer as obrigações dele, o dever de casa. Então, é muito difícil. Geralmente os motoqueiros que usam as motos são a juventude, a juventude tem que ter mais responsabilidade, com respeito ao usuário. O que eu vejo esses motoqueiros fazendo na estrada em Rio Acima é coisa de assustar. Então, a gente vai batalhando aí. Eu pediria ao Ronaldo que olhasse com carinho, uma pessoa muito boa, uma pessoa competente e trabalhadora. Ronaldo, vou mandar um recado para o senhor aqui: o senhor chegou recentemente, é lógico que o senhor não conhece a prefeitura, a prefeitura tem ótimos funcionários, mas tem os péssimos funcionários que são burocráticos demais. Eu conheço. Tudo põe empecilho, tudo tem que olhar vírgula, ponto e vírgula. Não é assim que funcionam as coisas. O senhor é um dos melhores secretários que tem. Eu sugeri para um funcionário lotado no trânsito certas coisas, ele foi contra tudo. Será que a gente não sabe também não? 'Ah, que é o DEER'. Que DEER o que? Tem certas coisas que não é DEER, aqui dentro não é DEER não. 'Ah, tem que consultar o DEER'. O DEER é o que? Quem manda na nossa cidade somos nós. O DEER manda na estrada, entendeu? Então, tem que agir urgentemente com certas coisas aqui em Nova Lima, porque aqui em Nova Lima é meia dúzia puxando para frente e seiscentas, duas mil puxando para trás, o tempo todo eu falo isso aqui. Então, nós temos que olhar o bem-estar da cidade. Hoje eu já falei demais, eu estou



cansado, cara, mas sempre eu tenho que falar, mostrar que eu corri atrás, que o vereador foi correr atrás e, na maioria das vezes, não é só com referência ao trânsito não, eles não estão nem aí para a gente, cara, não são todos não. Você liga para secretário aí, para você falar, que dificuldade, cara. Tem que atender o vereador sim. Todos, seja situação ou oposição, tem que atender. Dia primeiro eles vão lá pegar o cacau. Está pouco? Sai fora. Esse é o recado que eu tinha que dar. Isso não foi um requerimento, então graças a Deus, acabou. Quarta parte apresentação de oradores inscritos, inexistente. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerramos esta reunião”._